



31 ANOS 25^{de} Abril

Participa nas iniciativas!

1º de Maio

Emprego, Direitos, Justiça Social

Acções em todo o País

FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA

JORNAL DA FENPROF

Federação Nacional dos Professores
Director: Paulo Sucena | nº 200 | Abril 2005 | 0.50 Euros

FENPROF
no Ministério
da Educação

**Há questões
que não podem
esperar!**

A FENPROF alertou a equipa ministerial para a necessidade de relações claras e transparentes entre o ME e as estruturas sindicais.

■ Programa do Governo para a Educação *pág. 6*

■ Seminário Nacional Formação de Professores *pág. 18*

■ Constituição Europeia, **NON!** *pág. 26*



Propriedade, Redacção e Administração

Federação Nacional dos Professores
Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA
Tels.: 213819190 - Fax: 213819198
E-mail: fenprof@fenprof.pt
Home page: <http://www.fenprof.pt>

Director: Paulo Sucena

Chefe de Redacção: Luís Lobo

Conselho de Redacção: António Avelãs e Manuel Grilo (SPGL), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Nélcio de Sousa (SPM), Luís Lobo (SPRC), Manuel Nobre (SPZS), Teresa Chaveca (Ensino Superior)

Coordenação: José Paulo Oliveira
jpgo@sapo.pt | josepaulooliveira@oninet.pt

Paginação e Grafismo: Tiago Madeira

Composição: Idalina Martins e Lina Reis

Revisão: Inês Carvalho

Impressão: SOCTIP - Sociedade Tipográfica, S.A.
Estrada Nacional, nº 10, km 108.3 - Porto Alto
2135-114 Samora Correia
Tiragem média: 68 000 ex.
Depósito Legal: 3062/88
ICS 109940

O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redacção reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA
R. Fialho de Almeida, 3 - 1070-128 Lisboa
Tel.: 213819100 - Fax: 213819199
E-mail: spgl@spgl.pt
Home page: www.spgl.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE
Edif. Cristal Park
R. D. Manuel II, 51-3º - 4050-345 Porto
Tel.: 226070500 - Fax: 226070595
E-mail: geral@spn.pt
Home page: www.spn.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO
R. Lourenço Almeida de Azevedo, 20
3000-250 Coimbra
Tel.: 239851660 - Fax: 239851666
E-mail: sprc@mail.telepac.pt
Home page: www.sprc.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA SUL
Av. Condes de Vi'Alva, 257
7000-868 Évora
Tel.: 266758270 - Fax: 266758274
E-mail: spzs.evora@mail.telepac.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO AÇORES
R. João Francisco de Sousa, 46
9500-187 Ponta Delgada - S. Miguel
Tel.: 296205960 - Fax: 296205948
Home page: www.spra.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA MADEIRA
Edifício Elias Garcia, R. Elias Garcia,
Bloco V-1º A - 9054-525 Funchal
Tel.: 291206360 - Fax: 291206369
E-mail: spm@netmadeira.com
Home page: www.smembers.netmadeira.com/spm/spm

SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTRANGEIRO
Sede Social: Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 Lisboa
Tel.: 213833737 - Fax: 213865096
E-mail: spfenprof@hotmail.com

Democracia

A democracia exige a participação de todos. Um amigo meu dizia que só as ditaduras são "perfeitas". A democracia pode sempre ser melhorada. Uma das condições para esta melhoria é a participação de um número cada vez maior de cidadãos na vida pública.

As escolhas que vamos fazer neste último período lectivo, no domínio da administração e gestão das escolas e agrupamentos serão tanto melhores quanto pudermos efectivamente escolher entre projectos diferentes. Significará isso que muitos se mobilizaram, reflectiram e agiram.

Os processos eleitorais são sempre escolhas, apaixonadas umas vezes, mais "racionais" outras. São, no entanto, momentos essenciais da vida democrática de que ninguém se pode alhear.

Depois dos processos eleitorais há que construir condições de participação para todos. A democracia não se esgota nas eleições, é necessário encontrarmos os mecanismos de participação que levem a que um número cada vez maior de pessoas se sinta envolvido na vida pública, seja da sua escola ou agrupamento, do seu sindicato, da sua associação. Só assim se afirma e melhora a democracia. Com a participação empenhada e generosa, de todos. ■



O petróleo ou o modo de vida "ocidental"

O preço do petróleo mantém-se acima dos 50 dólares e de repente toda a gente começa a gritar que estão em causa os fundamentos da nossa civilização. Não sei se é, em rigor, verdade, mas que o tipo de vida baseado, em grande medida, no desperdício e no uso desregrado dos recursos está em causa, isso parece-me já hoje irrecusável. A China entrou no clube dos consumidores sendo já hoje responsável pelo consumo de 8% do petróleo mundial e com tendência para subir. Afinal está ali cerca de 1/4 da população mundial. Algo a que ninguém pode ficar insensível, até porque a realidade acabará por se impor.

Em Portugal perante a falta de chuva realizaram-se procissões e esperou-se pela intervenção do divino em vez de se exigir a quem podia medidas acertadas de poupança de água e de racionalização dos seus usos. Não podemos continuar a aguardar que as coisas se resolvam por si, porque não se resolvem. É tempo de começarmos a exigir escolhas racionais e opções corajosas (mesmo que dolorosas), neste como noutros domínios, sob pena de as decisões que nos afectam serem tomadas totalmente à nossa revelia. Vale a pena começarmos a reflectir (e a agir) sob um ponto de vista ambiental, de justiça social e de inclusão de todos nas decisões como forma de garantirmos as melhores opções.

Aos que se mostram cépticos, desiludidos, aos que vão deixando cair os braços, aos que nos afirmam que já não vale a pena lutar é preciso contrapor uma atitude de esperança, de empenhamento, a afirmação de que todos juntos vamos ser capazes de construir um futuro melhor em que caibam todos, uma sociedade mais justa e fraterna.

É imperioso construir e viver a dimensão da utopia. ■



4 FENPROF REÚNE COM MINISTRA
Exige respeito pelo direito à negociação
Defende resolução de questões urgentes

14 ESTUDO
O agravamento das desigualdades regionais e concelhias
(*Eugénio Rosa*)

16 EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS
Fórum Internacional reafirma necessidade
de aprofundar a luta

17 ESTABILIDADE DE EMPREGO
Profissionalização de docentes contratados:
Uma medida ainda longe do razoável!

20 31 ANOS DE ABRIL



24 OPINIÃO
O 1º Ciclo e a Língua Estrangeira
(*José Orlando Strecht-Ribeiro*)

26 CONSTITUIÇÃO EUROPEIA, *NON!*
Euromanifestação de 19 de Março em Bruxelas
(*Henrique Borges*)

28 ENSINO PROFISSIONAL
Novas regras de financiamento para as escolas profissionais
de Lisboa e Vale do Tejo

29 ENSINO SUPERIOR
O que se destacou da Conferência Nacional
do Ensino Superior e da Investigação? (*João Cunha Serra*)

32 INTERNACIONAL

- FENPROF e FE CC.OO: Reunião em Madrid
- Federação Europeia de Jornalistas aprova Moção em Bilbao

6



**Destaques, preocupações
e disponibilidades**

Educação

O programa do Governo na área da Educação não apresenta grandes novidades relativamente ao que tinham sido algumas das posições defendidas pelo PS durante o debate que visava alterar a Lei de Bases do Sistema Educativo, ou do que foram os seus compromissos eleitorais.

18



**Seminário organizado
pela FENPROF e pelo IIL**

Percursos e desafios da formação de professores

Uma reflexão enriquecida e partilhada por um conjunto de investigadores de prestígio, num debate que envolveu dezenas de educadores e professores de todas regiões do País...

FENPROF reúne com o ME

Exige respeito pelo direito à negociação

Defende resolução de questões urgentes

Decorreu no dia 18 de Abril a primeira reunião entre a FENPROF e a equipa do Ministério da Educação do novo governo.

A FENPROF alertou a equipa ministerial para a necessidade de relações claras e transparentes entre o ME e as estruturas sindicais. Nesse sentido a FENPROF reiterou a sua exigência de participação negocial em todas as matérias que respeitem à Educação e ao Ensino, dando como exemplo do que não deve acontecer o facto de as mais recentes medidas tomadas já por este governo terem sido à margem da participação dos sindicatos. Foi salientada pela FENPROF a necessidade de respeitar a representatividade dos diversos sindicatos existentes nesta área, matéria em que a FENPROF pretende que sejam dados passos clarificadores. Entre as questões estruturantes do sistema educativo para as quais a FENPROF entende ser necessário negociar alterações, a delegação sindical destacou a tomada de medidas que potenciem o sucesso escolar e a criação de medidas que viabilizem a reforma do secundário em curso. A FENPROF reiterou a defesa dos princípios da gestão democrática, nomeadamente o princípio da elegibilidade dos órgãos.

A FENPROF fez questão de reafirmar a sua oposição à realização de exames no 9º ano de escolaridade, conforme se encontra previsto para o final deste ano, bem como a exigência de um calendário escolar igual para a educação pré-escolar e o ensino, sustentando, pois, a ilogicidade de um calendário específico para o pré-escolar. Foi ainda apresentada uma listagem de questões a negociar urgentemente, entre as quais: os concursos que estão a decorrer, a

que deve associar-se a questão da estabilidade e emprego e profissional dos docentes; a situação de financiamento das escolas profissionais, a viverem situações insustentáveis; as questões eternamente adiadas do ensino artístico e do ensino recorrente; a redefinição lógica da rede escolar. Também o ensino português no estrangeiro foi objecto das apreensões apresentadas à equipa ministerial. A

A FENPROF reiterou a sua exigência de participação negocial em todas as matérias que respeitem à Educação e ao Ensino, dando como exemplo do que não deve acontecer o facto de as mais recentes medidas tomadas já por este governo terem sido à margem da participação dos sindicatos.

FENPROF exigiu que sobre estas matérias se iniciem de imediato negociações.

Da parte da Ministra da Educação, depois de ter confirmado o seu interesse em avançar com a concretização da legislação em vigor nos diversos domínios do sector e de ter admitido ser sua intenção reavaliar alguns processos relacionados com os currículos de ensino, ficou clara a frieza de um olhar tecnocrático para os problemas da educação e do ensino, não tendo ficado clara a intenção de estabelecer com a FENPROF uma relação de abertura ao diálogo e à negociação dos diversos problemas que afectam o sistema educativo. ■



Ouvir não é em si bastante

Realizou-se, no passado dia 18 de Abril, a primeira reunião entre a FENPROF e a Ministra da Educação e a sua equipa. A audiência, marcada sem ordem de trabalhos, decorreu de acordo com essa realidade uma vez que a Ministra da Educação deu, desde logo, a palavra à FENPROF que a utilizou para, sucintamente, informar a governante de que a nossa Federação avaliava negativamente procedimentos, de algum modo habituais na 5 de Outubro, caracterizados por inusitados ímpetos de legislar ou de tomar decisões respeitantes às escolas, ao processo educativo e aos docentes sem qualquer consulta às organizações sindicais que os representam.

Deste modo, foram colocadas à equipa ministerial como exigências incontornáveis a de um verdadeiro plano de negociações no âmbito não só sócio-profissional mas também no das políticas educativas; a de uma hierarquização das matérias a negociar e a da fixação do respectivo calendário negocial. A transparência e a seriedade deste processo é, no entender da FENPROF, essencial para a criação e manutenção de um bom clima de diálogo entre o Governo e a comunidade educativa.

A FENPROF afirmou ainda ser uma norma indispensável ao rigor e à seriedade de qualquer negociação, mesmo que mínima a sua relevância, a que distingue, aceita e considera haver diferentíssimos índices de representatividade sócio-profissional entre as entidades que constituem o imenso enxame das organizações sindicais docentes. O respeito por esse tópico da vida sindical devia obrigatoriamente ser acrescido pela aceitação e criação de condições para que todos os direitos sindicais constitucional e legalmente fixados possam ser exercidos sem quaisquer constrangimentos artificialmente engendrados para pôr em causa velhíssimas reivindicações dos democratas portugueses que a Revolução de Abril consagrou.

A FENPROF apresentou depois as questões inseridas na Resolução político-sindical, intitulada "Lutar por Mudanças/Construir a Esperança", aprovada pelo Secretariado Nacional na sua reunião de 10 de Março. A equipa ministerial foi informada também das questões sobre as quais a FENPROF lhe iria fazer chegar os respectivos memorandos. Tomou ainda conhecimento da

firme oposição da FENPROF à realização de exames às duas disciplinas do 9º ano, bastamente anunciados, bem como à produção de um calendário escolar para os educadores de infância desligado do calendário do 1º ciclo do ensino básico de que a educação pré-escolar é "a primeira etapa".

As questões prioritárias de que a FENPROF vai enviar *dossiers* prendem-se com "concursos, estabilidade de emprego e profissional"; "ensinos profissional, artístico e recorrente"; "reordenamento da rede"; "ensino de Português no estrangeiro"; "escola multicultural e inclusiva"; "acção social escolar" e ainda um memorando sobre as diversificadas e complexas matérias relativas ao ensino particular, cooperativo e IPSS.

Da parte da Senhora Ministra obtivemos a informação de dois dos seus grandes objectivos gerais: o de melhorar as qualificações dos portugueses; o de melhorar as condições de trabalho e os processos de ensino e de aprendizagem nas escolas. É também uma sua preocupação o ensino da Matemática.

Esta foi uma daquelas reuniões de que não é legítimo retirar conclusões positivas ou negativas mas tão só perguntar perante a vaguidão do discurso ministerial: e agora? Agora há que aguardar mas não de forma acomodada antes de forma inteligente e activa e suficientemente acutilante para obrigar o Ministério da Educação a mostrar com clareza que "jogo" está disposto a "jogar". Pela parte da FENPROF mais uma vez se afirma publicamente a inteira disponibilidade, lealdade e frontalidade para discutir e negociar todas as matérias, por mais complexas que sejam, com a seriedade e a firmeza de há muito conhecidas, com o objectivo primordial de dotar o país com um sistema educativo da mais alta qualidade, propiciador do aumento do sucesso escolar e da melhoria das qualificações da população activa, acompanhado de um outro objectivo essencial – o da revalorização profissional e social dos educadores e professores portugueses.

Do regaço da Ministra Maria de Lurdes Rodrigues não almejamos ver fluir a retórica das rosas antes ansiamos ver sair a substância para o fabrico do pão indispensável ao aprofundamento da democracia. ■

Destaques, preocupações e disponibilidades

Educação

■ Mário Nogueira (Membro do Secretariado Nacional da FENPROF)



O programa do Governo na área da Educação não apresenta grandes novidades relativamente ao que tinham sido algumas das posições defendidas pelo PS durante o debate que visava alterar a Lei de Bases do Sistema Educativo, ou do que foram os seus compromissos eleitorais.

Considera-se positiva a intenção de garantir percursos escolares ou de formação profissional a todos os jovens menores de 18 anos (falta saber se esta será uma posição que substituirá a escolaridade obrigatória de 12 anos. Nesse caso estaríamos perante um retrocesso em relação a posições anteriores). Também positivamente deve registar-se o anunciado combate ao abandono escolar, a intenção de alargar a Educação Pré-Escolar a todas as crianças em idade adequada ou a cobertura a 100% de todas as do grupo etário dos 5 anos. Por fim, é de destacar, será sempre de destacar, um programa de Governo que refere explicitamente:

Considera-se positiva a intenção de garantir percursos escolares ou de formação profissional a todos os jovens menores de 18 anos (falta saber se esta será uma posição que substituirá a escolaridade obrigatória de 12 anos. Nesse caso estaríamos perante um retrocesso em relação a posições anteriores). Também positivamente deve registar-se o anunciado combate ao abandono escolar, a intenção de alargar a Educação Pré-Escolar a todas as crianças em idade adequada ou a cobertura a 100% de todas as do grupo etário dos 5 anos. Por fim, é de destacar, será sempre de destacar, um programa de Governo que refere explicitamente:

"Só é possível avançar no caminho da inclusão e da igualdade de oportunidades, defendendo e valorizando o serviço público de educação e a escola pública, aberta a todos".

No plano dos princípios e das intenções, o programa de Governo, na área da Educação, não é muito questionável e merece, em alguns aspectos, concordância total. Contudo, já no plano das medidas concretas, alguns enunciados deverão merecer reservas, algumas sérias, que só começarão a ser desfeitas depois de se realizar a primeira reunião com a nova equipa ministerial e de se conhecer a sua disponibilidade para o diálogo e a negociação e as suas propostas concretas.

É preciso compreender se a afirmação *"Proseguir a racionalização das redes pré-escolar e das escolas do ensino básico"* quer dizer dialogar com as comunidades educativas, ter em conta realidades concretas e elevar a qualidade as respostas educativas e sócio-educativas, ou apenas encerramento de escolas e jardins de infância tendo por único critério o número de alunos.

É preciso compreender se a afirmação *"O Governo estimulará a celebração de contratos de autonomia entre as escolas e*

a administração educativa" quer dizer maior responsabilização do poder central na criação de condições para que as escolas possam, de facto, exercer a sua autonomia ou, pelo contrário, significa uma gradual e progressiva desresponsabilização do Estado face às escolas públicas em domínios fundamentais como o seu financiamento ou a colocação de docentes.

Relativamente à gestão das escolas, e porque se fala de colegialidade da direcção estratégica, participação da comunidade local e gestão executiva a cargo de profissionais da educação, é preciso saber se o programa exclui, ou não, o respeito por princípios democráticos como o da elegibilidade, da participação e da colegialidade na escolha e prática dos órgãos de gestão das escolas.

"Descentralizar gradualmente"

Quanto à colocação de professores e aos concursos, aí o programa do Governo não deixa margem para qualquer dúvida ou incompreensão. Referir, como se refere, que serão introduzidas *"medidas que permitam descentralizar gradualmente (para as escolas individualmente ou em agrupamen-*



to por áreas ou municípios) o sistema de recrutamento e colocação...", não quer dizer outra coisa que não seja aquilo mesmo. Nessa matéria a FENPROF discorda em absoluto do Governo, pois defende a existência de concursos nacionais e assentes em regras e critérios universais e de transparência

De salientar ainda, e nesses aspectos, sendo omissos, o programa de Governo não pode merecer uma apreciação positiva, a ausência de referências claras ao financiamento dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias, o que significa que continuaremos sem uma lei de financiamento para aqueles sectores de educação e ensino; a ausência de medidas concretas para a promoção da estabilidade de emprego e profissional dos docentes; a ausência de propostas precisas e claras sobre a forma de, com eficácia, reduzir drasticamente o abandono escolar precoce e o insucesso escolar, ou de combater o analfabetismo ou a iliteracia.

Programas, eleitorais ou de Governo, são sempre programas. Deles se retiram algumas coisas, geralmente poucas, alguns indícios... mas nunca dizem tudo, no que dizem nem sempre são explícitos e as omissões, por vezes, apenas significam o adiamento de alguns debates e a apresentação de algumas propostas que, no entanto, estão no rol das intenções.

Por essa razão, importantes mesmo serão as opções políticas do próximo Governo e a prática da equipa ministerial da Educação. Daí dependerá, como afirmou a FENPROF no documento que o seu Secretariado Nacional aprovou em 9 de Março de 2005 (entretanto enviado à ministra Lurdes Rodrigues), se o tempo será ou não de "relação activa de cooperação com o Governo na definição das políticas educativas e na execução de todas as medidas que contribuam para a melhoria do funcionamento das escolas, da qualidade do ensino, do sucesso escolar dos alunos e do êxito profissional e social dos docentes".

Como termina o documento da FENPROF, "se as políticas que vierem a ser desenvolvidas contrariarem a vontade de mudança expressa pela maioria do povo português e não visarem a defesa da qualidade da escola pública", então a FENPROF terá de erguer "com firmeza e determinação as bandeiras da luta".

Aposentação dos Professores

Retomado o pior da política de Durão

■ Luís Lobo (Membro do Secretariado Nacional da FENPROF)



O programa do governo refere que "serão adoptadas medidas que contribuam para favorecer a permanência dos trabalhadores mais idosos

nos seus postos de trabalho, aproveitando as vantagens decorrentes da sua experiência, e minimizando os custos para a comunidade da antecipação da idade de reforma" e concretiza, de seguida: "Neste quadro, é condição essencial que a idade de reforma vá acompanhando a evolução da esperança média de vida".

Ora, a concretizar-se esta intenção do governo, não está garantida, por sua iniciativa, a reposição do tempo para aposentação nos termos em vigor antes de 2004, como aliás pareceu ser intenção do PS, enquanto oposição, tendo chegado a pedir a verificação da constitucionalidade do diploma de Manuela Ferreira Leite.

Da leitura do programa do governo PS fica claro o desejo de uniformizar, "progressivamente, os diversos regimes de protecção social (Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações, etc.), nomeadamente no que respeita à idade de reforma" havendo mesmo a ameaça de que "todos os novos funcionários públicos passem a integrar o Regime Geral de Segurança Social".

Em matéria de segurança social ficamos esclarecidos: os regimes serão uniformizados pelo pior; a idade para aposentação aumentará, podendo vir a ser aprovadas medidas que incentivem a permanência dos mais idosos.

A FENPROF tem declarado, por diversas formas a sua oposição ao aumento da idade e do tempo para a aposentação dos professores. Tem mesmo defendido a sua redução. Dirão alguns que, no tempo do politicamente correcto, será despropositada esta referência. Porém, convém dizer que o



problema da segurança social não é de capitalização, mas sim de cobrança. De boa cobrança.

Assim, no caso da Educação, entender-se-ia que o governo julga que é mais vantajoso ter professores idosos na profissão, cansados e desmotivados do que jovens professores, ávidos de contribuir com o seu saber e com vontade de exercer a sua profissão.

A FENPROF, considera, ainda, que o tempo de serviço e a idade não devem ser considerados cumulativamente para a aposentação voluntária dos trabalhadores da administração pública. É muito importante que o governo aceite discutir a redução do tempo de serviço para a aposentação voluntária dos professores sem perda de vencimento, tendo em conta as características da profissão docente de elevado desgaste, grande exigência e constante pressão social.



O desenvolvimento e o emprego

■ Carvalho da Silva (*Secretário Geral da CGTP-IV*)



O Programa do Governo contém medidas positivas mas insuficientes, apresentando contradições, ambiguidades e omissões em várias áreas.

O Plano Tecnológico que é ambicioso sobre a inovação e a investigação e desenvolvimento, para dar resultados exige uma aposta forte no sector produtivo e uma política industrial que, tomando as realidades do tecido empresarial, nomeadamente o peso das médias, pequenas e micro empresas, impulse a sua modernização.

É como componente de uma estratégia de desenvolvimento, requer medidas que assegurem qualificação dos trabalhadores, aprendizagem ao longo da vida, formação dos empresários, investimento público em I&D com igual esforço das empresas e uma estratégia de educação não restringida a visões de estrita competitividade.

Em várias destas áreas, as propostas do Programa estão longe de dar garantias e, no que respeita ao ensino e à educação, vamos ter que fazer intenso trabalho de esclarecimento e mobilização para que o económico e financeiro não se sobreponha à necessidade de priorizar o combate ao insucesso e abandono escolar e de valorizar da Escola Pública.

Quanto às políticas na área do emprego e do trabalho, vemos excessivas indefinições e omissões.

O Governo compromete-se a criar 150 mil empregos e a atingir um crescimento económico de 3%, usando como instrumentos principais o Plano Tecnológico e o investimento, tornando este mais eficiente. Mas os resultados do Plano Tecnológico não são imediatos e a elevação da produtividade tem que ser suportada em políticas que incorporem preocupações sociais, sob pena de se agravar o desemprego. E não há soluções para o emprego, sem combate à precariedade, tema que o Programa não aborda.

É imperdoável a omissão de compromissos quanto aos salários. A valorização do trabalho é indispensável para resolver os problemas do emprego, o Estado é um grande empregador e o Salário Mínimo Nacional (SMN) tem grande impacto, quer nos salários em geral, quer nas políticas sociais. Numa política de crescimento económico que vise o desenvolvimento, o SMN não pode ter apenas função de "imunidade à pobreza" como avança o Programa, tem que ser também, instrumento de justiça na distribuição da riqueza e factor dinamizador da procura para impulsionar o crescimento económico.

A formação profissional tem, formalmente, tratamento destacado no Programa mas, ao nível da efectivação do direito à formação para os activos, pouco concretiza, nem assume, em pleno, o que já está na lei.

Não há também compromissos sobre o reconhecimento e certificação das qualificações e das competências adquiridas pelos trabalhadores em contexto de trabalho.

Sobre a Administração Pública, a tónica é posta na "modernização" e não na reforma, como o fazia o anterior Governo, mas não parece existir ruptura com algumas das fundamentais linhas de força antes adoptadas.

O Programa aponta para a redução dos efectivos (75 mil no prazo da legislatura), através de aposentações ou outras formas de desvinculação. Em que áreas? Com que fundamento? A proposta simplista de substituir por uma entrada, cada duas saídas, pode levar a dificuldades graves no funcionamento de serviços essenciais (p. ex. funcionamento de escolas) e a situações pontuais de ruptura em muitos outros por escassez de funcionários.

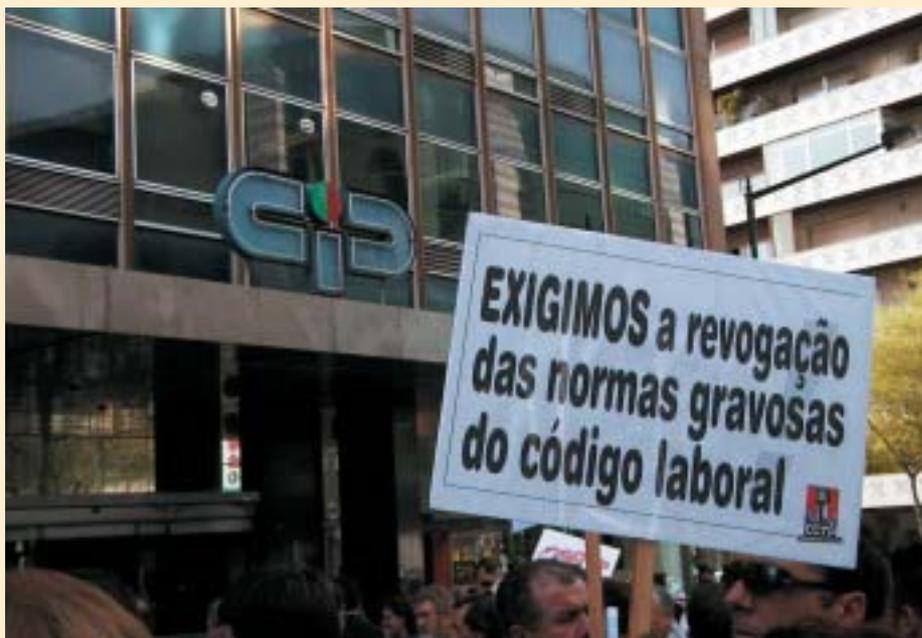
Prossegue-se a política do Governo anterior sobre o regime do contrato individual de trabalho, o que é inaceitável. O contrato individual é, e será, uma realidade em muitos serviços da Administração, mas deve ser entendido como excepção, sendo a regra o vínculo público, sob pena de direitos fundamentais, como o direito ao ensino ou à saúde, deixarem de ser universais.

No início deste novo ciclo político, temos que contribuir, de forma dinâmica, para a implementação de políticas positivas que possam surgir, mas não descuramos o sentido crítico e a acção reivindicativa. ■

CGTP-IN:

“É prioritário ter ideias claras sobre uma estratégia de médio e de longo prazo que seja mobilizadora dos cidadãos e das instituições”

“O Código do Trabalho é a lei que mais mexe com a vida das famílias portuguesas”, sublinhou Manuel Carvalho da Silva na conferência de imprensa em que a CGTP-IN divulgou à comunicação social uma tomada de posição mais abrangente sobre o Programa do Governo PS, apresentado na Assembleia da República. “Na legislação de trabalho”, observa a Central, o Programa do Executivo liderado pelo eng^o Sócrates” fala na sua “transformação modernizadora” o que pode não augurar nada de bom, já que a capa da “modernização” tem servido para enfraquecer os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.”



“A posição é ainda mais ambígua quanto à revisão do Código de Trabalho. Diz-se que o Governo promoverá a sua revisão com base nas “propostas de alteração apresentadas na Assembleia da República”, mas acrescenta-se que se terá em conta a avaliação do novo regime legal, o que pode enviar para as calendas a sua revisão”, acrescenta a Intersindical.

Como salienta também a CGTP-IN, o Executivo “não deve subordinar a Educação a visões de estrita competitividade, porque o seu objectivo deve ser a formação integral dos indivíduos”.

Para a Central, o Governo do Partido Socialista apresentou ao País um “programa ambicioso sobre a inovação e a investigação e desenvolvimento (plano tecnológico)”. Por outro lado, denota-se nas propostas governamentais uma “indefinição quanto à política orçamental e ao financiamento das políticas públicas”, revelando ainda uma postura de “continuidade em aspectos essenciais das políticas para a Administração Pública”, um conjunto de “indefinições e omissões importantes nas

questões do emprego e do trabalho” e ainda uma afirmação de continuidade em matéria de “políticas sociais importantes”.

A apreciação da Comissão Executiva do Conselho Nacional da *Inter*, sintetizada e comentada pelo secretário-geral no diálogo com os jornalistas em finais de Março, em Lisboa, recorda que a Central “há muito que vem insistindo na ideia de que é vital concretizar uma estratégia de desenvolvimento económico e social”, que tem sido pormenorizada em diferentes momentos, nomeadamente no X Congresso (Janeiro de 2004), no Plenário Nacional de Sindicatos da *Inter*, órgão máximo entre Congressos (o último teve lugar no passado dia 30 de Março, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa), nos encontros, debates, conferências, seminários e outras iniciativas de debate e reflexão e também, naturalmente, nas reuniões regulares dos órgãos dirigentes da CGTP-IN, a começar pelo seu Conselho Nacional.

“O País encontra-se numa situação de crise que atravessa as várias esferas da sociedade. A solução não pode ser encontrada nem em medidas pontuais nem em

políticas desgarradas. O que é prioritário é ter ideias claras sobre uma estratégia de médio e de longo prazo que seja mobilizadora dos cidadãos e das instituições", destaca a tomada de posição divulgada em Março.

"É hoje pacífico que o País precisa de romper com um modelo de crescimento baseado em baixos salários e em trabalho pouco qualificado. Para a CGTP-IN, as políticas fundamentais passam pela aposta no sector produtivo; pela qualificação da força de trabalho; pela inovação e investigação e desenvolvimento; pela valorização e melhoria dos serviços públicos; por uma melhor redistribuição de rendimentos; pelo combate à economia paralela e à informalidade", sublinha a CGTP-IN.

Para a *Inter*, "o Plano Tecnológico constitui uma componente essencial de uma estratégia de desenvolvimento, sendo de salientar o compromisso no sentido de combinar política de inovação, com políticas ambiciosas para a sociedade de informação, a ciência e a tecnologia e a qualificação das pessoas, nos exactos termos do Programa do Governo".

A direcção da CGTP-IN assinala a importância da generalidade das medidas propostas, fazendo contudo as seguintes observações e reparos:

- O Plano Tecnológico só dará resultados caso se insira num quadro de uma estratégia de desenvolvimento (desenvolvimento e não crescimento, como faz o Governo). A CGTP-IN entende que deve ser valorizado o planeamento de médio prazo e a sua articulação com as Grandes Opções do Plano e com os Planos de Desenvolvimento Regionais;

- É imprescindível fazer a aposta no sector produtivo e definir uma política industrial que tenha em conta as realidades do tecido empresarial, nomeadamente o peso das pequenas e micro empresas;

- A qualificação dos trabalhadores é um aspecto essencial, sendo de referir que o Programa é excessivamente genérico. Essa mesma generalidade observa-se em relação à aprendizagem ao longo da vida;

- O Estado deve assegurar um esforço para atingir metas para o investimento público em I&D, mas as empresas têm igualmente que contribuir. Por isso, a CGTP-IN defende a criação de um Fundo de I&D para o qual todas as empresas passem a contribuir anualmente, numa percentagem a definir do VAB anual, ou, em alternativa a criação de fundos sectoriais;

- O Governo não deve subordinar a educação a visões de estrita compe-



Manuel Carvalho da Silva alertou no diálogo com os jornalistas para as consequências de uma política que empurra os jovens mais qualificados para os caminhos do desemprego e da emigração. Ao mesmo tempo, o secretário-geral da CGTP-IN estranhou que o Programa do novo Governo "seja omissivo nas questões relativas à precariedade de emprego, quando Portugal apresenta uma das mais altas taxas de precarização do emprego na União Europeia, apenas ultrapassado pela Espanha"

titividade, porque o seu objectivo deve ser a formação integral dos indivíduos.

Política orçamental e financiamento das políticas públicas

"O Programa recusa com veemência propostas que considera irresponsáveis de baixa de impostos e uma política de cumprimento do Pacto de Estabilidade e de Crescimento (PEC) com base em receitas extraordinárias, como aconteceu nos últimos anos. Mas o Governo não é claro quanto à questão de saber se há receitas suficientes para financiar as despesas, incluindo os compromissos eleitorais feitos, e para cumprir o PEC sem aumentar os impostos, tanto mais que invoca que o défice real em 2005 poderá ser superior a 6%", refere a tomada de posição da

Comissão Executiva do CN da Intersindical Nacional.

"O primeiro problema", acrescenta a Central, "respeita à situação actual das contas públicas". Assim, "o Governo pretende que haja uma comissão independente que apure o défice real de 2004, mas face ao argumento de que a Comissão Europeia validou as contas desse ano, recuou e pretende agora que a avaliação seja feita à situação das contas em 2005. Entretanto invoca que há despesas não orçamentadas (como as SCUT) ou suborçamentadas pelo que o défice será muito superior".

"Além disso", prossegue a análise da CGTP-IN, "o Governo prevê agora um crescimento em 2005 de 1,2% (metade do previsto) o que tem efeitos na arrecadação de menos receitas fiscais e não alivia alguma despesa social. Daqui resulta que o



défice será muito superior, pelo que o Governo propõe a sua absorção de forma a cumprir o PEC no final da legislatura."

A segunda questão, avança a *Inter*, está relacionada com o "financiamento de promessas eleitorais, que constam do Programa do Governo". "A mais importante respeita aos investimentos no quadro do Plano Tecnológico. Mas haverá também mais despesa social nalgumas áreas como a Prestação Extraordinária de Combate à Pobreza dos Idosos que o Governo não diz como vai ser financiada", destaca a CGTP-IN.

Chamando a atenção da opinião pública e dos trabalhadores para os caminhos e as políticas de concretização da consolidação orçamental, a apreciação da Central comenta a dado passo:

"O que o Programa diz é demasiado genérico. Pretende-se comprimir a despesa corrente, através da adopção de um programa plurianual, mas não se explicitam as consequências. E pretende-se actuar do lado da receita por via de mais receitas fiscais sem aumento de impostos, o que parece sobretudo passar por medidas de combate à fraude e à evasão fiscal. Estas medidas são importantes, mas resta saber se são suficientes até porque há outras políticas anunciadas que determinarão um aumento da despesa fiscal. Assim, o actual Governo pretende rever a medida tomada pelo anterior de eliminar alguns benefícios fiscais (como os PPRs) e de criar ou de reforçar outros em matérias respeitantes à I&D, requalificação ambiental, inovação tecnológica e formação profissional."

Lembrando que "a revisão do PEC vai facilitar a vida do Governo", a *Inter* sublinha: "As sanções deixam de ser automáticas, diversas despesas deixam de ser consi-

deradas para efeitos de apuramento do défice (como algumas que se inserem no âmbito do Plano Tecnológico) e é dado maior tempo para a correcção dos desequilíbrios. Ainda assim, há que ter presente que a situação de partida é a de um défice que o Governo diz ser muito alto e de um crescimento económico muito fraco. Neste contexto, a CGTP-IN considera ainda negativo o facto do Governo recusar uma reforma fiscal que ponha cobro a uma situação de injusta repartição do esforço fiscal."

Indefinições e omissões importantes nas questões do emprego e do trabalho

"A parte do emprego e do trabalho" no Programa do Governo "é sobretudo marcada por omissões e por indefinições", realça a tomada de posição do Executivo da CGTP-IN, que esclarece mais adiante:

"O nível de emprego depende sobretudo da política económica. As *"bandeiras do Programa"* são a criação de 150 mil empregos perdidos na última legislatura e um crescimento económico de 3%. Os instrumentos principais são o Plano Tecnológico e o investimento, tornando-o mais eficiente. Deve porém ter-se em conta que os resultados do Plano Tecnológico não são imediatos e que a elevação da produtividade, ainda que imprescindível, pode ter consequências negativas para o emprego. Mas se não há alternativas à elevação da produtividade, já se estranha que o Programa seja omisso nas questões relativas à precariedade de emprego, quando Portugal apresenta uma das mais altas taxas de precarização do emprego na União Europeia, apenas ultrapassado pela Espanha."

Como explicou Carvalho da Silva "também há uma quase omissão quanto aos salários, ainda que estes dependam essencialmente da negociação colectiva e das empresas."

"Mas não deixa de ser verdade que o Estado é um grande empregador e que o salário mínimo nacional tem um grande impacto, quer nos salários em geral, quer nas políticas sociais, já que constitui um padrão de referência ao qual estão indexadas, de resto, diversas prestações", refere o documento de análise da Central, que observa ainda:

"Tudo o que se diz" naquela matéria "é que deve ter uma função de *"imunidade à pobreza*, o que é pouco, quando nos recordamos que na vizinha Espanha o Governo do PSOE prometeu e está a executar uma política de valorização do salário mínimo."

A CGTP-IN manifestou no diálogo com a imprensa sérias "preocupações quanto à contratação colectiva, que o Governo reconhece estar em crise". A tomada de posição da Central Sindical esclarece, a propósito:

"Essa é, em parte substancial, a consequência do Código do Trabalho, sobretudo no que respeita às normas referentes à caducidade das convenções colectivas. Ora, o PS apresentou na Assembleia da República propostas no sentido de não haver caducidade, por via da renovação do prazo de vigência das convenções. Para ser coerente, deveria propor a alteração das normas na parte referente à contratação colectiva. Só que o Governo, no Programa, aponta para a criação de uma comissão independente para avaliar os impactos do Código de Trabalho nas relações de trabalho. E decide pôr a funcionar a arbitragem obrigatória em que um dos fundamentos é evitar a caducidade das convenções. Ou seja, parece admitir a caducidade quando é esta a causa do bloqueio da contratação colectiva."

Continuidades em políticas sociais importantes

"Nas políticas sociais há linhas de continuidade importantes", alerta a CGTP-IN, que apresenta exemplos expressivos nas áreas da segurança social, da saúde e da justiça.

Vejamos o caso da Segurança Social:

"É incompreensível que o Programa nada diga sobre a revisão da Lei de Bases da Segurança Social, aprovada pelo Governo anterior, e que subverteu a anterior Lei de Bases, da responsabilidade do PS" (apoiada



Para a CGTP-IN, as políticas fundamentais passam pela aposta no sector produtivo; pela qualificação da força de trabalho; pela inovação e investigação e desenvolvimento; pela valorização e melhoria dos serviços públicos; por uma melhor redistribuição de rendimentos; pelo combate à economia paralela e à informalidade.

por todos os parceiros sociais, como recordou Carvalho da Silva).

"O objectivo", regista a Central, "foi o de enfraquecer a segurança social pública, sendo previstas regras para a limitação de contribuições com vista a favorecer esquemas de poupanças privadas. É certo que o (agora) Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social "(*entrevista ao Jornal de Negócios, 10.2.05*) afirmou que esta ideia iria ser abandonada, o que é positivo, mas isso constitui mais uma razão para rever a Lei de Bases."

Para a Central, não se compreende "que se remeta a questão da sustentabilidade financeira para uma avaliação a realizar, sugerindo-se que não se conhece a actual situação e justificando não se indicarem medidas no Programa, quando é sabido que há uma degradação financeira em resultado sobretudo de um menor crescimento das contribuições e da autêntica explosão verificada na despesa com o subsídio de desemprego."

Paralelamente, a CGTP-IN considera como "positivas algumas das medidas

inseridas no Programa, sendo de destacar a criação de uma Prestação Extraordinária de Combate à Pobreza dos Idosos, a aplicar no prazo da legislatura, mas entende que devia ser clarificado à partida o financiamento, indicando-se que a prestação se insere no subsistema de solidariedade; bem como da revogação das normas que reduziram o montante do subsídio de doença, medida que a CGTP-IN tem insistentemente reclamado".

No âmbito da "Saúde Pública" notamos a ausência de referências à Saúde ocupacional e à implementação definitiva desta valência nos Programas e planos de saúde pública. As referências às medidas concretas no campo do combate à SIDA são manifestamente muito parcas, atendendo a que Portugal é o país da Europa com taxas mais elevadas de novos diagnósticos de infecção."

"Embora consideremos de extrema relevância a revogação do DL 60/2003 relativo aos centros de saúde, entendemos como preocupante a insistência na possibilidade de gestão privada, por exemplo das Unidades de Saúde Familiar. No entender da CGTP-IN, a gestão ao nível dos cuidados de saúde primários só pode ser pública, atendendo ao seu papel na promoção de saúde e na prevenção das doenças. No que respeita à articulação com os cuidados hospitalares, pensamos que esta articulação deve ser feita através da criação de sistemas locais de saúde, os quais permitem uma maior acessibilidade por parte dos utentes e também uma melhor gestão e aproveitamento dos recursos técnicos, humanos e financeiros", realça o Executivo da *Inter*.

Ainda na esfera da saúde, "apesar de considerar que a transformação dos "Hospitais SA em Entidades Públicas Empresariais é um passo positivo, a CGTP-IN continua a defender o seu regresso ao Sector Público Administrativo. Por outro lado, pensamos que é necessário reavaliar a construção de novos hospitais, equacionando a sua necessidade/prioridade; sempre que se considere que são necessários, deverá apostar-se em parcerias no âmbito do sector público (por exemplo entre o Estado e as autarquias)."

Depois de salientar que "a medida mais importante (não referida no Programa)", no caso dos medicamentos, "é a criação de farmácias hospitalares, que forneçam medicamentos aos utentes dos serviços, nomeadamente das urgências", a Central conclui que "a existência e actualização de uma Carta dos Equipamentos de Saúde é de extrema importância", acrescentando: "O seu objectivo fundamental deve ser a

rentabilização dos equipamentos públicos, de forma a tornar o SNS o mais auto-suficiente possível no que respeita aos meios disponíveis. A Carta dos Equipamentos não deve, de modo algum, ter como objectivo ou ser utilizada para prestar informações ao mercado no sentido de indicar aos operadores privados onde se devem instalar com a garantia de ter como clientes os serviços públicos."

"PSD e CDS fizeram recuar a justiça", afirmou Carvalho da Silva na conferência de imprensa. Como sublinhou o secretário-geral da CGTP-IN "há que promover o

acesso à justiça", promovendo a "revisão do novo Regime do Apoio Judiciário e do Código das Custas Judiciais, de modo a conformá-los com a Constituição". São inadmissíveis os atrasos e as dificuldades impostas para os que necessitam de recorrer aos tribunais, por exemplo, na área do trabalho, acrescentou Manuel Carvalho da Silva, que chamou a atenção, também, para "o enorme prejuízo" que o Estado sofre, no quadro da fraude fiscal, devido à morosidade e paralisia dos tribunais. ▮

JPO



As perspectivas do Governo em relação à Administração Pública

O Programa trata as questões da Administração Pública no capítulo da estratégia de crescimento. A tónica é posta na "modernização" e não na reforma como o fazia o anterior Governo, mas não parece existir uma ruptura com algumas das fundamentais linhas de força antes adoptadas, que o Governo não se propõe rever, regista a tomada de posição da CGTP-IN, recentemente divulgada em Lisboa.

Para a Central, nas perspectivas do novo Executivo governamental em matéria de Administração Pública destacam-se três aspectos:

1. O primeiro respeita à **diminuição do emprego**. O Programa aponta para a redução dos efectivos (75 mil no prazo da legislatura), através de aposentações ou outras formas de desvinculação. Admite-se, porém, que haja uma entrada por cada duas saídas, o que é uma regra excessivamente rígida que pode levar a dificuldades graves no funcionamento de serviços fundamentais e a situações pontuais de ruptura em muitos outros serviços por escassez de funcionários;

2. O segundo refere-se à adopção do **regime do contrato individual nas novas admissões**, desde que não se trate de funções de soberania. Pretende-se continuar a política do Governo anterior terminando, a prazo, com os funcionários públicos, excluindo-se a própria possibilidade de reformar, onde necessário, o regime da função pública. A CGTP-IN considera que o contrato individual de trabalho é uma realidade em muitos serviços da Administração mas ele deve ser entendido como excepção, sendo regra o vínculo público;

3. Finalmente, pretende-se estabelecer um acordo com os partidos políticos representados na Assembleia da República sobre o **regime de nomeação dos quadros dirigentes**. O Governo anterior adoptou legislação prevendo que a nomeação de quadros dirigentes possa também abranger cargos de direcção intermédia, isto é, sem recurso ao concurso público, o que se traduziu na partidarização da Administração Pública. A CGTP-IN recusa o prosseguimento desta prática e espera que o actual Governo legisle nesse sentido.

A Central expressa anda reservas quanto a medidas que o Governo e propõe adoptar no que se refere ao regime de aposentação, designadamente pelas implicações negativas que elas poderão ter. ▮

A formação profissional tem um tratamento destacado no Programa do Governo, quer na parte económica, enquanto vector de uma política de inovação, quer na parte das políticas sociais. Para a Central, a questão de fundo aqui é a de assegurar o cumprimento de normas legais, sobretudo as que respeitam ao número mínimo de horas de formação que todas as empresas devem cumprir (20 horas este ano e 35 horas em 2006). Mas o Programa é, nas questões mais vastas da qualificação, excessivamente genérico (por exemplo, que progressos se propõe o Governo alcançar sobre o reconhecimento e certificação das qualificações e das competências adquiridas pelos trabalhadores em contexto de trabalho?).

O agravamento das desigualdades regionais e concelhias

■ Eugénio Rosa (*Economista e investigador*)



1 Um dos problemas mais graves que o País enfrenta em termos de desenvolvimento é o contínuo agravamento das desigualdades regionais. Isto

tem como consequência a desertificação de importantes regiões, a macrocefalia de outras com graves consequências para o bem estar das suas populações, e mais obstáculos ao desenvolvimento de todo o País. As causas deste agravamento das assimetrias regionais são, nomeadamente, a ausência de qualquer planeamento efectivo a nível nacional, a falsa crença de que o mercado resolverá da melhor forma os problemas do desenvolvimento regional e a recusa da regionalização do País.

2 De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), entre 1995 e 2002, agravaram-se significativamente as assimetrias regionais em Portugal. Neste período, a riqueza criada no nosso País (PIB) aumentou em 47.507 milhões de euros. Deste acréscimo de riqueza, à região Norte, com 35,3% da população, coube apenas 25,6%; à região Centro, com 17,3% da população, coube somente 14,3%; à região de Lisboa e Vale do Tejo, com 33,5% da população do País, que já era a região mais desenvolvida, ficou com 46% do acréscimo da riqueza; ao Alentejo, com 5,1% da população, coube apenas 3,8% do acréscimo de riqueza; ao Algarve, com 3,8% da população, ficou com 4,9% do acréscimo de riqueza; aos Açores, com 2,6% da população coube somente 2,1% do acréscimo de riqueza e, finalmente, à região da Madeira, com 2,4% da população, ficou com 3,3% do acréscimo da riqueza verificado no período 1995-2002. (*quadro I*)

QUADRO I

Aumento do PIB e repartição pelas diferentes regiões do acréscimo de riqueza criada (PIB) entre 1995 e 2002

REGIÕES PAIS	PIB – 1995 Preços mercado		PIB – 2002 Preços mercado		AUMENTO do PIB Entre 1995 e 2002		POPULAÇÃO	
	Milhões de euros	% do TOTAL	Milhões Euros	% de TOTAL	Milhões Euros	% Acréscimo para cada região . % do TOTAL	Mil	% do TOTAL
Norte	24.289	30,1%	36.445	28,4%	12.156	25,6%	3.658	35,3%
Centro	11.347	14,1%	18.146	14,2%	6.799	14,3%	1.792	17,3%
Lisboa VT	35.235	43,7%	57.101	44,5%	21.866	46,0%	3.478	33,5%
Alentejo	3.617	4,5%	5.431	4,2%	1.814	3,8%	527	5,1%
Algarve	2.839	3,5%	5.156	4,0%	2.317	4,9%	399	3,8%
RA Açores	1.435	1,8%	2.422	1,9%	987	2,1%	273	2,6%
RA Madeira	1.908	2,4%	3.476	2,7%	1.568	3,3%	244	2,4%
TOTAL	80.670	100,0%	128.177	100,0%	47.507	100,0%	10.372	100,0%

FONTE: - Contas Regionais 1995- 2001 e 2002 – INE. Anuário Estatístico 2002 – INE

QUADRO II

Agravamento das desigualdades entre regiões do País com governos PS

REGIÕES PAIS	Governo PS				AUMENTO do PIB Entre 1995-2001		População % do TOTAL
	PIB – 1995 Preços mercado		PIB – 2001 Preços mercado		Em Milhões euros	% do Acréscimo para cada região % do TOTAL	
	Milhões euros	% do TOTAL	Milhões euros	% do TOTAL			
Norte	24.289	30,1%	34.937	28,5%	10.648	25,5%	35,3%
Centro	11.347	14,1%	17.090	14,0%	5.743	13,7%	17,3%
Lisboa VT	35.235	43,7%	55.157	45,0%	19.922	47,7%	33,5%
Alentejo	3.617	4,5%	5.043	4,1%	1.426	3,4%	5,1%
Algarve	2.839	3,5%	4.797	3,9%	1.958	4,7%	3,8%
RA Açores	1.435	1,8%	2.230	1,8%	795	1,9%	2,6%
RA Madeira	1.908	2,4%	3.219	2,6%	1.311	3,1%	2,4%
TOTAL	80.670	100,0%	122.473	100,0%	41.803	100,0%	100,0%

FONTE: - Contas Regionais 1995- 2001- INE. Anuário de 2002 – INE

3 Como consequência desta repartição desigual do aumento do PIB entre 1995 e 2002, a parte da riqueza criada no País (PIB) que cabia à região Norte diminuiu de 30,1% para 28,4%; à região Centro manteve-se praticamente a mesma pois passou de 14,1% para 14,2%; à região de Lisboa e Vale do Tejo aumentou ainda mais de 43,7% para 44,5%; à região do Alentejo desceu de 4,4% para 4,2%; à região do Algarve aumentou de 3,5% para 4%; à região dos Açores praticamente estagnou

pois passou de 1,8 para 1,9% e à região da Madeira aumentou de 2,4% para 2,7% do PIB do País (*quadro I*). Contrariamente ao que se poderá pensar, foi durante os governos do PS de Guterres que as desigualdades regionais aumentaram mais em Portugal (*quadro II*).

4 Se a análise for feita por concelho, a conclusão que se tira, também com base em dados do INE referentes ao período 1995-2004, é que a diferença de poder de compra

dos habitantes dos diferentes concelhos se era grande em 1995, continuou a ser significativa em 2004. Assim, em 1995, o poder de compra de um habitante do Concelho de Lisboa (o mais desenvolvido) era 17 vezes superior ao de um habitante do concelho da Calheta/Madeira (o menos desenvolvido); em 2000, a relação entre o poder de compra dos habitantes desses mesmos dois concelhos tinha baixado para 9 vezes. Em 2002, o poder de compra médio de um habitante do concelho de Lisboa era 6,1 vezes superior ao de um habitante do concelho de Celorico de Bastos (agora o concelho menos desenvolvido do país) e, em 2004, essa diferença de poder de compra aumentou para 6,7 vezes, invertendo o sentido de aproximação que até a este ano se estava a verificar (quadro III).

5 O programa do governo PS, relativamente a este grave problema, enumera uma multiplicidade de intenções, programas e planos - um PNPT (programa de ordenamento do território), uma ENDS (estratégia de desenvolvimento sustentado), diversos PROT (planos regionais de ordenamento territorial), diversos POOC (planos de ordenamento da orla costeira) - "construir uma estrutura coerente de governabilidade das várias escalas territoriais", "um sistema de participação de acompanhamento institucional dos planos", a "atribuição às CCDR's da função de balcão único", etc.; portanto, estratégias, planos e medidas que se acotovelam, até se sobrepõem, no entanto não se clarificam nem objectivos, nem como se fará a sua integração e obterá a coerência entre todos eles, nem que entidades serão responsáveis pela sua execução, nem que competências e meios que disporão. Sintomaticamente não se fala nem de uma estratégia, nem de objectivos, nem de um Plano de Desenvolvimento Regional que abranja de uma forma coerente e integrada todo o País. Tudo isto é preocupante face ao agravamento das desigualdades entre as diferentes regiões do País, como se mostrou neste estudo com base nos últimos dados divulgados pelo INE. ▮

Em 2002, o poder de compra médio de um habitante do concelho de Lisboa era 6,1 vezes superior ao de um habitante do concelho de Celorico de Bastos



QUADRO III

Poder de compra por habitante de cada concelho em relação ao País

	INDICE DE PODER DE COMPRA PERCAPITA POR CONCELHO EM RELAÇÃO AO PAÍS				DIFERENÇA ENTRE INDICE PODER DE COMPRA DO CONCELHO E IPC PAÍS (100)			
	1995	2000	2002	2004	1995	2000	2002	2004
GOVERNO	PS	PS	PSD/PP	PSD/PP	PS	PS	PSD/PP	PSD/PP
PORTUGAL CONCELHOS	100	100	100	100	100		100	100
Lisboa	314,09	305,19	220,19	277,93	214,09	205,19	120,19	177,93
Porto	257,00	238,77	176,62	198,48	157,00	138,77	76,62	98,48
Oeiras	152,95	164,30	184,07	180,97	52,95	64,30	84,07	80,97
Cascais	133,42	148,99	166,63	180,97	33,42	48,99	66,63	80,97
Faro	169,80	139,97	139,05	140,15	69,80	39,97	39,05	40,15
Coimbra	130,35	136,99	126,38	132,47	30,35	36,99	26,38	32,47
Amadora	122,10	131,36	134,13	129,09	22,10	31,36	34,13	29,09
Aveiro	126,47	127,20		121,53	26,47	27,20		21,53
Almada	130,76	124,21	134,13	120,94	30,76	24,21	34,13	20,94
Funchal	97,33	107,92	120,32	120,78	-2,67	7,92	20,32	20,78
Loures	108,58	98,46	122,77	116,65	8,58	-1,54	22,77	16,65
Odivelas			100,47	109,43				9,43
Évora	110,19	105,00	111,91	108,71	10,19	5,00	11,91	8,71
Setúbal	127,90	114,46	127,74	107,10	27,90	14,46	27,74	7,10
Barreiro	108,26	95,74	118,28	106,10	8,26	-4,26	18,28	6,10
Maia	95,70	115,68	118,19	105,75	-4,30	15,68	18,19	5,75
Sintra	119,83	119,08	128,56	104,51	19,83	19,08	28,56	4,51
Portalegre	91,75	95,31	95,80	98,87	-8,25	-4,69	-4,20	-1,13
Sines	114,90	88,73	108,14	97,88	14,90	-11,27	8,14	-2,12
Braga	101,57	103,57	109,98	96,61	1,57	3,57	9,98	-3,39
Palmela	79,04	90,03	101,10	96,61	-20,96	-9,97	1,10	-3,39
Vila Nova Gaia	93,38	101,86	107,89	95,11	-6,62	1,86	7,89	-4,89
Beja	108,34	102,91	101,02	94,71	8,34	2,91	1,02	-5,29
Marinha Grande	100,82	98,67		94,50	0,82	-1,33		-5,50
Seixal	112,06	98,36	116,62	94,46	12,06	-1,64	16,62	-5,54
Montijo	104,18	96,55	107,40	94,29	4,18	-3,45	7,40	-5,71
Ponta Delgada	100,08	95,43	84,50	93,20	0,08	-4,57	-15,50	-6,80
Mafra	80,55	86,40	94,14	92,02	-19,45	-13,60	-5,86	-7,98
Castelo Branco	94,57	87,43		89,10	-5,43	-12,57		-10,90
Horta	81,68	77,69	77,40	87,76	-18,32	-22,31	-22,60	-12,24
Guarda	89,04	93,99		86,40	-10,96	-6,01		-13,60
Angra Heroísmo	68,75	71,78	73,29	83,35	-31,25	-28,22	-26,71	-16,65
Sesimbra	86,95	93,90	101,92	82,91	-13,05	-6,10	1,92	-17,09
Viana Castelo	73,72	80,10	84,07	81,30	-26,28	-19,90	-15,93	-18,70
Elvas	82,26	72,10	83,47	80,30	-17,74	-27,90	-16,53	-19,70
Covilhã	78,73	76,16		77,17	-21,27	-23,84		-22,83
Guimarães	68,23	70,74	71,83	71,99	-31,77	-29,26	-28,17	-28,01
Corvo	38,80	76,23	57,41	70,25	-61,20	-23,77	-42,59	-29,75
S. Roque do Pico	40,00	54,75	60,13	69,16	-60,00	-45,25	-39,87	-30,84
Fundão	64,29	66,36		68,07	-35,71	-33,64		-31,93
Calheta	52,70	55,13	45,89	59,52	-47,30	-44,87	-54,11	-40,48
Lages do Pico	43,13	48,87	49,38	57,34	-56,87	-51,13	-50,62	-42,66
Celorico Beira	44,61	51,47		56,12	-55,39	-48,53		-43,88
Calheta/Madeira	18,37	33,38	43,34	50,06	-81,63	-66,62	-56,66	-49,94
Ribeira Grande		40,64	45,44	47,75		-59,36	-54,56	-52,25
Câmara Lobos	28,29	38,58	39,50	44,35	-71,71	-61,42	-60,50	-55,65
Celorico Basto	23,02	33,72	36,18	41,77	-76,98	-66,28	-63,82	-58,23
MAIOR-MENOR (pp)	296	272	184	236				
Maior > Menor (Nº de vezes)	17,1	9,1	6,1	6,7				

Fórum Internacional reafirma necessidade de aprofundar a luta

Em 18 de Março reuniu em Lisboa o Fórum Internacional "Serviços Públicos – Motor de uma Sociedade Desenvolvida e Democrática", iniciativa que reuniu mais de três centenas de participantes em representação de 69 organizações. A FENPROF também esteve presente, tendo Mário Nogueira, membro do seu Secretariado Nacional, referido a situação que hoje se vive na Educação e a luta que os docentes portugueses têm travado em defesa de uma escola pública de qualidade, gratuita e para todos.

Na sua intervenção referiu situações concretas de subversão e desrespeito pela lei que pretendem objectivamente beneficiar os colégios privados, bem como a política de dois pesos e medidas que tem sido seguida por diversos governos, particularmente pelos dois últimos, em que apesar dos cortes significativos de financiamento que são feitos às escolas públicas, se aumentam os já gordos subsídios atribuídos às privadas. Um problema agravado pela falta de fiscalização adequada, por parte das instâncias devidas, sobre a utilização das verbas que os colégios recebem do erário público. Por fim, a intervenção da FENPROF referiu com satisfação o veto presidencial que recaiu sobre a Lei de Bases da Educação, aprovada unilateralmente por PSD e PP, que representava um dos mais graves atentados à escola pública portuguesa no pós 25 de Abril. Foram, então, referidas as grandes acções em que a FENPROF e muitas outras organizações se envolveram em defesa da escola pública portuguesa, designadamente a Marcha Nacional que se realizou em Lisboa, em Janeiro de 2004, e, mais recentemente, o Fórum Nacional que teve lugar em Coimbra. Com estas ou outras acções a FENPROF continua disponível para combater as políticas neoliberais que se abatem também sobre o nosso país, seja por imposição da OMC, pretendendo impor ao mundo um Mercado Global da Educação, seja decorrente de directivas comunitárias, como a proposta conhecida por Directiva Bolkenstein que pretendendo criar no espaço europeu um mercado de serviços em que a Educação (como a Saúde, a Segurança Social, entre outros sectores) passaria a ser

considerada mercadoria, que se vende e compra (melhor ou pior, consoante a condição económica do interessado). Nesta lógica de mercado, Educação, Saúde, ou outros serviços públicos deixariam de ser considerados direitos a que todos, em condições de igualdade, deveriam aceder.

Para além das intervenções de diversos dirigentes sindicais (da Saúde, do Jornalismo, do Registo e Notariado, da Administração Local, entre outros sectores), intervieram o presidente do Movimento de Utentes de Serviços Públicos (MUSP), Luísa Tovar da Associação Água Pública e Fernando Gonçalves, Presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra.

Eugénio Rosa, economista, provou, com a sua intervenção, que a privatização de serviços públicos não é sinónimo de menor despesa pública nem de mais qualidade ao serviço dos cidadãos. Já Rui Namorado Rosa se referiu aos aspectos nefastos que decorrem da falta de apoio e investimento público à Ciência, Tecnologia e Investigação e das diversas tentativas no sentido da sua liberalização, privatização e concentração.

O economista e ex-eurodeputado Sérgio Ribeiro também interveio, tendo, na sua intervenção, chamado a atenção para o conteúdo do relatório da Comissão Europeia sobre esta matéria em que a própria designação "Serviços Públicos" foi substituída por "serviços de interesse geral".

De outros países, para relatarem as suas experiências (quer no que respeita à ofensiva neoliberal contra os serviços públicos, quer sobre a luta de resistência levada a efeito pelos trabalhadores dos respectivos países), estiveram presentes Michel Patard (Federação dos Ferroviários da CGT francesa), Fermim Paz (Secretário-

-Geral da Federação de Energia, Química e Petróleo da CIG galega), Leta Methoniou (Vice-Presidente da Federação Grega dos Trabalhadores dos Hospitais Públicos), Barbis Vortelinos (Secretário-Geral da Federação Grega dos Trabalhadores da Função Pública) e Margie Jaffe (Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços Públicos do Reino Unido).

No encerramento dos trabalhos Paulo Trindade, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN, referiu que esta iniciativa pretendeu abrir caminhos para novos espaços na defesa dos serviços públicos e garantiu que se a ofensiva continuar, também a luta dos trabalhadores vai ter de continuar. ■

MN



Mário Nogueira, membro do SN, representou a FENPROF no Fórum Internacional "Serviços Públicos, motor de uma sociedade desenvolvida e democrática".



Profissionalização de docentes contratados: Uma medida ainda longe do razoável!



Foi publicado no Diário da República de 24 de Março o despacho 6365/2005, ainda assinado por José Manuel Canavarro, com o qual se pretende resolver a profissionalização dos docentes com habilitação própria com 5 ou mais anos de serviço.

A FENPROF tem vindo a fazer desta matéria – a profissionalização e vinculação dos docentes contratados, enquadrada na questão mais ampla da estabilidade do corpo docente – um objectivo da sua intervenção sindical. A chamada à profissionalização destes docentes, bem como a vinculação de cerca de 6000 professores (envolvendo os que agora poderão ser objecto de chamada à profissionalização), tinham sido negociadas pela FENPROF com o último governo de António Guterres e foi reafir-

mada aquando da negociação do novo diploma de concursos.

A solução avançada por este despacho, embora se saúde, é uma medida parcelar e que não deixa de levantar questões que urge desde já equacionar.

De facto, para ter acesso à profissionalização, o docente terá que ter 5 ou mais anos de serviço, 3 dos quais cumpridos nos 4 anos imediatamente anteriores ao ano lectivo 2005/2006 e vir a ser colocado por concurso para o ano lectivo 2005/2006, "com efeitos a 1 de Setembro". Por esta razão não se conhece exactamente o alcance desta solução tendo em conta que, previsivelmente, um número significativo dos então abrangidos agora ficará de fora. A FENPROF exige, por isso, que esta expressão "com efeitos a 1 de Setembro" seja entendida como abrangendo todas as colocações em horários para todo o ano lectivo de 2005-2006, uma vez que a experiência mostra que nem sempre os horários desta natureza são preenchidos até 1 de Setembro por responsabilidades unicamente atribuíveis aos serviços ministeriais.

Por outro lado, o despacho não indica

qualquer prazo para a concretização deste direito agora conferido a estes docentes. A FENPROF exige que a chamada à profissionalização se faça no próximo ano lectivo.

A FENPROF exige que os docentes que este despacho dispensa da profissionalização (os que tenham 45 anos de idade e 10 de serviço ou 15 anos de serviço independentemente da idade) sejam integrados na carreira, com respeito total pelo tempo de serviço, a partir de 1 de Setembro próximo.

Este despacho deve ser também aplicado aos docentes de técnicas especiais ainda em exercício, com a salvaguarda de que não lhes pode ser exigida a "habilitação própria" uma vez que ao longo de 30 anos os diferentes ministérios da Educação não foram capazes de as definir.

Por outro lado, a aquisição da habilitação profissional deverá ser acompanhada de medidas legislativas que conduzam à vinculação.

Por último, a FENPROF denuncia que estas questões teriam sido clarificadas e acauteladas se a Federação tivesse sido chamada pelo anterior governo a negociar estas matérias, o que lamentavelmente não aconteceu. ■

Uma reflexão enriquecida e partilhada por um conjunto de investigadores de prestígio, num debate que envolveu dezenas de educadores e professores de todas regiões do País, transformou o Seminário da FENPROF e do Instituto Irene Lisboa *"Percurso e Desafios da Formação de Professores"* numa iniciativa de vincada actualidade para a análise e, sobretudo, para o esboço e a perspectiva das mudanças necessárias na (sensível) área da formação inicial e contínua dos docentes.

O encontro decorreu nos passados dias 17 e 18 de Março no auditório do Instituto Franco-Português, em Lisboa, e foi estruturado em quatro módulos temáticos: as competências científicas e técnicas, éticas e profissionais dos docentes; a formação contínua – avaliação da situação; a formação inicial – perspectiva histórica e avaliativa da situação; e ainda as competências para o século XXI.



Percurso e desafios da formação de professores

Incilino-me cada vez mais para defender que a reflexão sobre a formação de professores deveria ser precedida do debate sobre o perfil profissional a construir tendo em conta as funções inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo docente. Infelizmente, o País foi amputado pelo 1º Governo do PSD/PP do INAFOP cujo trabalho era decisivo nesta área", referiu Paulo Sucena na sessão de abertura do seminário.

"Atendendo à complexidade crescente da profissão parece-me imprescindível clarificar com rigor os fins e os objectivos da formação inicial tendo em conta a perspectiva de uma formação profissional ao longo da vida de que a formação inicial é tão-só a primeira etapa", observou o secretário-geral da FENPROF.

"De outro ângulo", acrescentou, "não posso deixar de expressar a minha apreensão sobre a *"babel"* das formações que hoje em dia se regista. Por exemplo, os professores do 3º ciclo do básico e os do ensino secundário foram formados, ultimamente, só no sistema público, em 13 universidades com 120 cursos. A isto acresce uma realidade compósita de formação – desde a especialidade do saber que se prende com a ciência a ensinar, até às ciências da educação e à prática pedagógica – que é muitas vezes desenvolvida em contextos inegavelmente constrangedores."

Após a intervenção do secretário-geral da FENPROF, o decano da Universidade Autónoma de Madrid, António Maldonado Rico, descreveu o modelo espanhol de formação, salientando as implicações do processo de Bolonha.

O debate prosseguiu com a análise à problemática da formação inicial e contínua, sendo descrito e debatido o papel das ESE's e das Universidades e, finalmente, questionadas as competências necessárias à profissão docente.

"Como manter essa *"chama"* ao longo de uma vida de trabalho"

"A questão fundamental – como transformar o formando em professor, intelectual reflexivo, curioso e desperto para a profissão, capaz de provocar o desejo de aprender e o espírito cívico de partilha de saber/es e de cooperação – e como manter essa *"chama"* ao longo de uma vida de trabalho, ocuparam estes dois dias de reflexão, debatendo" percursos e lançando *desafios*", como sublinhou Ana Gaspar, do Secretariado Nacional da FENPROF, que fez a intervenção de encerramento do seminário.

No primeiro dia do seminário (*"Formação Contínua – avaliação da situação"*) a iniciativa registou as comunicações de Ângela Rodrigues, da Faculdade de



Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa e presidente do ILL; David Rodrigues, da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa; Maria José Sá Correia, do Departamento de Didáctica e Tecnologia Educativa da Universidade de Aveiro, no primeiro dia do seminário (Formação Contínua – avaliação da situação”);

No segundo dia, no painel dedicado à formação inicial, registaram-se as intervenções de “João Pedro da Ponte, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa; Luísa Veíga, vice-presidente do Instituto Politécnico de Coimbra; e de Fátima Paixão, da ESE de Castelo Branco.

Manuela Esteves, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da UL; e Luísa Alonzo, da Universidade do Minho, que concedeu um depoimento ao “JF” em que aborda os conteúdos essenciais da sua intervenção neste seminário (ver pág. 22), apresentaram as suas comunicações no painel “Competências para o Século XXI”.

Conceição Dinis, Isaura Madeira e Ana Gaspar moderaram as sessões de trabalho do encontro. |

JPO

Preocupações da FENPROF

“**D**e forma telegráfica”, Paulo Sucena deixou no auditório do *Franco-Português* um conjunto de preocupações da FENPROF em forma de interrogação, que acabaram por “atravessar” parte significativa deste seminário:

- Professores para que Escola?
- Que perfil profissional em face das funções que têm de exercer?
- Que estratégias para superar a clivagem entre a desatada produção teórica das diferentes equipas do Ministério da Educação (algumas vezes pseudo-teórica outras pobremente fundamentadas) e a sua confrangedora incapacidade para transformar a realidade de modo a permitir eficazes e eficientes sinergias entre os planos teórico e prático?
- Para quando uma definição das habilitações para a docência que a FENPROF e os professores aguardam há mais de uma década?
- Que atenção vai dar este Governo à imprescindível e urgente reflexão sobre a articulação horizontal e vertical de programas que sucessivos governos nunca deram mostras de perceber que pode ser uma importante causa do insucesso escolar?
- Para quando a criação de um sistema de apoio aos jovens professores, principalmente no seu primeiro ano de actividade?

À luz de Bolonha

A terminar, e tendo como referência o processo de Bolonha, a FENPROF não pode deixar de interrogar o Ministério da Educação sobre a realidade existente:

Em primeiro lugar, como vai resolver as contradições das heranças recebidas, caracterizadas pela aceitação da enorme diversidade existente na formação de professores com o facto de depois todos eles estarem sujeitos ao cumprimento de um currículo único? Permitam que refira,



“Atendendo à complexidade crescente da profissão parece-me imprescindível clarificar com rigor os fins e os objectivos da formação inicial tendo em conta a perspectiva de uma formação profissional ao longo da vida de que a formação inicial é tão-só a primeira etapa”

de passagem, que os Ministros da Educação nunca se preocuparam em avaliar se as diferenças de formação dos professores têm alguma correlação com os resultados obtidos pelos alunos.

Em segundo lugar, é imperioso confrontar o Ministério da Educação com esta circunstância e perguntar-lhe o que sobre ela pensa: essa circunstância pode definir-se pela diversidade das formações que as várias instituições do ensino superior promovem em confronto com o facto de que os professores nelas formados vão leccionar programas nacionais em escolas a que se deu uma falsa autonomia e que, na verdade, estão sujeitas a um modelo organizacional centralmente estabelecido e centralmente fiscalizado. Que tem isto a ver com a flexibilização de currículos? |



A FENPROF considera que o novo Governo deve pôr em prática, e não apenas na retórica do discurso, todo um conjunto de medidas orientadoras de uma forte valorização profissional e social dos professores. Isto significa que a formação inicial e contínua dos docentes deve ser com eles profundamente repensada de modo a tornar cada vez mais rica e evidente a sua qualidade profissional.

O Estado tem de assumir a responsabilidade de tornar estes decisivos co-artífices do futuro de Portugal cidadãos prestigiados e as escolas onde eles trabalham lugares de realização humana, profissional e social.

Do documento “Lutar por mudanças, construir a esperança”, Secretariado Nacional da FENPROF, 10/03/2005

25 de Abril de 1974, 16.00 horas



Expirado o prazo inicial para a ren-dição, anunciado por megafone pelo Capitão Salgueiro Maia, e após algumas diligências feitas por mediadores civis, Marcelo Caetano faz

saber que está disposto a render-se e pede a comparência no Quartel do Carmo de um oficial do MFA de patente não inferior a Coronel.

Cf. "Uma aventura Democrática", CD-ROM, Centro de Documentação 25 de Abril, 1999



De tudo o que Abril abriu ainda pouco se disse um menino que sorriu uma porta que se abrisse um fruto que se expandiu um pão que se repartisse um capitão que seguiu o que a história lhe predisse e entre vinhas sobredos vales socalcos searas serras atalhos veredas lezírias e praias claras um povo que levantava sobre um rio de pobreza a bandeira em que ondulava a sua própria grandeza! De tudo o que Abril abriu ainda pouco se disse e só nos faltava agora que este Abril não se cumprisse. Só nos faltava que os cães viessem ferrar o dente na carne dos capitães que se arriscaram na frente.

Na frente de todos nós povo soberano e total que ao mesmo tempo é a voz e o braço de Portugal.

Ouvi banqueiros fascistas agiotas do lazer latifundiários machistas balofos verbos de encher e outras coisas em istas que não cabe dizer aqui que aos capitães progressistas o povo deu o poder! E se esse poder um dia o quiser roubar alguém não fica na burguesia volta à barriga da mãe! Volta à barriga da terra que em boa hora o pariu agora ninguém mais cerra as portas que Abril abriu!

"As portas que Abril abriu"
De José Carlos Ary dos Santos



Depoimento

Competências para o Séc. XXI: que desafios para a formação?

■ Luísa Alonso (*Universidade do Minho**)



Na comunicação que apresentei ao Seminário organizado pela FENPROF e pelo Instituto Irene Lisboa "Percurso e desafios da formação de professores", intitulada "Competências para o Séc. XXI: que desafios para a formação", tentei problematizar as seguintes questões: que visão de conhecimento escolar e profissional está subjacente a uma abordagem por competências; e, que desafios se colocam para a educação dos alunos e, consequentemente, para a formação dos professores.

O conceito de competência no currículo escolar surge na sequência e por influência da sua utilização noutros campos, nomeadamente o da educação/formação de adultos, em que a necessidade de tornar esta formação relevante para a vida e para a profissão, num contexto de formação ao longo da vida, como paradigma nuclear da sociedade do conhecimento, leva a colocar como foco central da formação a aquisição de competências-chave para a cidadania e a empregabilidade. Estes dois conceitos reclamam a centralidade do conhecimento na formação das pessoas, tornando-as capazes de compreender e confrontar a

complexidade da sociedade da informação e exigindo delas uma adaptação flexível, crítica e criativa, bem como a centralidade da cidadania para ajudar as pessoas a construir uma sociedade mais justa e solidária, num mundo onde a desigualdade de oportunidades, a xenofobia, o individualismo e a exclusão social tendem a acentuar-se.

Tendo como referência este paradigma de aprendizagem ao longo da vida, que tem na base uma concepção complexa, problemática e aberta do conhecimento, importa identificar algumas competências que são essenciais ou nucleares, enquanto processos cognitivos e sociais que facilitam o aprender a aprender, tornando as pessoas mais autónomas no acesso ao conhecimento e mais esclarecidas na participação social. São também denominadas de competências transversais, já que elas se encontram na intersecção das diferentes disciplinas, atravessando os diversos campos sociais e permitem a comunicação e transferência de saberes em contextos diversificados. A flexibilidade, a reflexão sobre a experiência pessoal, a abertura à inovação e à pesquisa, o aprender a aprender, o diálogo e o trabalho colaborativo e o respeito pela diferença,

revelam-se condições imprescindíveis para navegar ou movimentar-se nesta sociedade, pelo que a sua integração no currículo é hoje considerada consensual, embora a sua tradução em práticas consistentes ao longo do percurso formativo ainda seja uma utopia a perseguir.

"Aprender a aprender"

Parece urgente, então, mudar os ambientes de aprendizagem, promovendo, nos professores e alunos, as competências básicas ou essenciais necessárias para aprender a aprender e aprender a continuar aprendendo. Assim, a comunicação, a pesquisa e tratamento de informação, a resolução de problemas e tomada de decisões, os métodos de estudo, a autonomia e criatividade e a colaboração são, entre outras, competências essenciais e estruturantes do perfil do aluno a ser desenvolvido ao longo da escolaridade e que, por isso, comprometem e responsabilizam a escola pela sua promoção, de forma consistente e continuada, tanto no plano vertical como no horizontal. É, também, incontornável que esta perspectiva reclama novas identidades profissionais dos professores, capazes de construir um conhecimento profissional sustentado em processos reflexivos, investigativos, criativos e participativos para se posicionar e intervir activamente nestas mudanças.

Em síntese, possibilitar experiências de formação ao longo da vida que favoreçam a integração de saberes, o desenvolvimento da compreensão e do pensamento crítico, o aprender a ser, o aprender a colaborar, o aprender a resolver problemas e o exercício da cidadania é um desafio para a escola democrática e de qualidade que entre todos queremos construir. ■

**Docente da Universidade do Minho.
Departamento de Ciências da Educação da
Criança. Instituto de Estudos da Criança*



Formação Contínua de Professores e Educadores

A mudança necessária!

■ Luís Lobo (Membro do Secretariado Nacional da FENPROF)

É correcto afirmar-se que a Formação Contínua (FC) tem hoje dois pontos fortes: por um lado, o facto de termos um quadro normativo específico que a institui como um dever e um direito e, por outro, a experiência de mais de uma década de FC institucionalizada. Tal revela-se extraordinariamente importante para aferirmos das dificuldades existentes nesta área, também.

Correcta é a selecção feita por Ângela Rodrigues¹ de pontos fracos sobre os quais se exige toda a atenção do actual governo. Caso contrário corre-se o risco de podermos vir a ter uma escola que se afaste da realidade, sem criatividade, interesse, responsabilidade e autonomia.

Assim, aqui deixo o seu diagnóstico para que sobre ele pensemos e nos mobilizemos:

1. Hoje, apenas se exige dos centros de formação que sejam meras estruturas de oferta de formação e quase nada promotores de sinergias;

2. O financiamento da FC tornou-se dependente de critérios pouco ligados às suas verdadeiras finalidades;

3. A FC faz-se sem que antes tenha havido um programa nacional de formação de formadores;

4. Se a FC tem influência na carreira docente (e bem) então ela deveria ser sempre de elevado interesse e qualidade;

5. Falta-nos uma cultura de rigor nos diagnósticos da situação, estando os sucessivos governos mais preocupados em defender estatísticas desinteressantes do que em apresentar soluções para os problemas;

6. Há uma má avaliação interna daquilo que a FC vai produzindo de bom para os



próprios professores;

7. Não se avaliando os efeitos que anos de FC trouxeram para o interior das escolas também não se consegue mudar o que está mal a este nível;

8. E o pior dos pontos fracos, a FC não está centrada nas necessidades efectivas das escolas e dos docentes, mas sim noutros interesses, por vezes supranacionais, que condicionam todo o desenvolvimento da formação contínua.

Esta é uma avaliação possível da situação. Importa agora dar às escolas condições orgânicas democráticas e aos professores a autonomia profissional necessária para que as mudanças produzam bons resultados e para que valha a pena fazer formação em Portugal. ■

¹ Presidente do Instituto Irene Lisboa, Seminário Nacional sobre Formação de Professores, FENPROF, IIL, 14 e 15 de Março de 2005, Instituto Franco-Português, Lisboa

FENPROF
www.fenprof.pt
Actualização diária
Inscreva-se na nossa mailing list



O 1º Ciclo e a Língua Estrangeira

■ José Orlando Strecht-Ribeiro (*ESE de Lisboa*)

Actualmente, uma educação sem as línguas é uma educação amputada e incompleta. Documentos oficiais criaram há já algum tempo o contexto legal para a implementação do ensino de línguas aos mais novos no nosso país, consubstanciando o princípio de que a aprendizagem de L.E.s deve, numa sociedade democrática, moderna e inclusiva, integrar a formação de todos, pelas oportunidades que essa aprendizagem proporciona.



O multilinguismo generalizado é o futuro da Europa, talvez a chave estratégica para a sua sobrevivência, e a questão europeia deixou de se restringir à esfera política. A formação em Cidadania Europeia terá de passar pela compreensão das interdependências económicas, ecológicas, culturais, sociais e também linguísticas que façam o cidadão sentir-se responsável pela comunidade a que pertence, assim como pela erradicação duma mentalidade monolíngue, traduzida em recomendações que sublinham a necessidade da inclusão de uma ou mais L.E.s desde muito cedo no ensino obrigatório.

Para além dos pressupostos de ordem cultural, social e económica para essa inclusão nos currículos, a aprendizagem das línguas enfatiza a promoção do desenvolvimento pessoal e social que o reconhecimento e a estima por outras formas particulares de interpretar o universal proporciona, não se limitando a dotar os alunos com um dispositivo de natureza profissional ou de utilidade turística. O conhecimento de outras línguas permite, para além disso, a visão de outras culturas e, através do conhecimento do outro,

ficamos a conhecer-nos melhor. Esta aprendizagem da intercompreensão irá contribuir para a aceitação da alteridade no interior do nosso próprio país.

Dentro desta perspectiva, a aprendizagem da L.E. serve cabalmente as finalidades de um projecto educativo multicultural e multilingue, contribuindo para combater desde cedo o aparecimento de processos de etnocentrismo ou preconceito étnico e dos estereótipos que o caracterizam. À educação para a literacia intercultural baseada na aprendizagem de L.E.s cabe o papel de reconciliar a escola com a vida social tal como ela é, complexa e plural, sem produzir ou reforçar fenómenos de marginalidade, de xenofobia ou de exclusão. Uma língua é muito mais do que apenas uma forma de comunicação: ela informa e conforma os quadros de apreensão da realidade e a sua aprendizagem prefigura uma competência geral para o conhecimento de outras culturas e pressupõe implicitamente o desenvolvimento do jovem como comunicador, como aluno, e como personalidade individual e socialmente responsável. O reconhecimento deste papel formativo das L.E.s é fundamental e em defesa do seu ensino aos mais

novos concorrem ainda os seguintes princípios:

- a sua plasticidade neuro-fisiológica permite-lhes adquirir com facilidade os sons, a entoação, o ritmo da língua, e desenvolver a capacidade de discriminação auditiva, demonstrando prazer em jogar com as formas e sentidos das palavras

- aos 8 anos encontram-se numa fase ideal para aprender uma L.E., pois devem dominar de forma consistente a leitura e a escrita em língua materna e desenvolverem já alguma capacidade de memorização

- apropriar-se-ão da mesma de uma forma mais natural e interactiva, acabando por atingir níveis de desempenho comunicativo mais elevado

- através do contacto com a L.E. aprendem a olhar a sua língua materna como um fenómeno e como um sistema particular entre muitos, tomando assim consciência das suas operações linguísticas, assegurando enfim que o conhecimento implícito se torne consciencializado

- a L.E. desenvolve capacidades cognitivas de raciocínio lógico e de resolução de problemas mais abstractos conducentes à superioridade na formação de conceitos

- o domínio de dois sistemas linguísticos

concede-lhes maior diversidade de capacidades mentais, o que permite que as línguas possam ser perspectivadas do ponto de vista do desenvolvimento cognitivo: não se aprende uma língua só para comunicar, mas o processo de aprendizagem desenvolvido é passível de transferência para a aprendizagem de outras línguas e de outras disciplinas.

Desenvolvimento de competências

Para tal o professor terá de recorrer a uma metodologia que se coadune com os princípios metodológicos previstos no Programa do 1º Ciclo, articulando-os com o processo de ensino-aprendizagem da L.E., promovendo aprendizagens adequadas e estabelecendo a ligação da aprendizagem da L.E. com as de outras disciplinas e conteúdos. A aceitação e necessidade da transversalidade da L.E. com as outras áreas do currículo deriva do facto de os mecanismos e processos de aprendizagem serem comuns para todas as áreas do saber e de o desenvolvimento intelectual não ser compartimentado de acordo com as disciplinas que integram o currículo, favorecendo antes uma visão holística das questões.

Uma formação multilíngue visa a

aquisição dos saberes linguísticos, o desenvolvimento de competências de aprender a aprender línguas, despertando em quem aprende o gosto por uma actualização permanente de conhecimentos e a promoção de atitudes e valores, para que os cidadãos de amanhã não se arrisquem a ser deficientes da palavra, cristalizados numa educação unilingue, incapazes de passar do local ao global e de aceitar a diversidade; a escola deve assumir-se como instrumento indispensável na recuperação de atrasos e no desenvolvimento global de uma sociedade moderna cada vez mais complexa e exigente com os seus cidadãos.

Neste momento, estender essa oportunidade a todas as crianças que frequentam o 1º Ciclo do E. B. levantará alguns problemas, atendendo à coexistência de factores que, dentro e fora do sistema educativo, têm inibido a sua aplicabilidade. Urgentemente, e dado o limitado número de agentes educativos com habilitação específica para prover à educação bilingue no 1º Ciclo, impõe-se definir uma estratégia de formação, pois sabe-se que uma formação adequada constitui condição *sine qua non* para a implementação desta medida de forma eficiente e eficaz, já que o que se preconiza é que a L.E. contribua para uma pedagogia de inclusão e de sucesso. ▮

no alvo



Encontro em Évora

Fórum Social Português

Em 14 de Maio próximo, em Évora, no quadro do Fórum Social Português, decorrerá um encontro subordinado ao tema Resistências e Alternativas. O Fórum Social Português, como os congéneres europeu e mundial, é um espaço que acolhe as iniciativas das mulheres e dos homens que, a título individual ou no quadro de organizações, lutam contra as discriminações, a guerra e o neoliberalismo.

Neste contexto, o encontro Resistências e Alternativas é um espaço aberto a quem queira contribuir para a criação, difusão e socialização de alternativas à actual estrutura da sociedade nacional, europeia e internacional e constitui uma ocasião privilegiada de identificar, sistematizar e partilhar um conjunto de práticas sociais que, em Portugal, anunciam e dão corpo à esperança numa outra ordem económica, social, política e cultural global mais justa e solidária.

O programa do encontro Resistências e Alternativas é tripartido: de manhã será realizado um grande debate conjunto subordinado ao tema do encontro; a tarde será reservada à livre iniciativa das organizações participantes; por fim, um momento de convívio e de animação cultural encerrará os trabalhos. ▮

Organizações proponentes da iniciativa RESISTÊNCIAS E ALTERNATIVAS, inserida no processo do Fórum Social Português

Campanha nacional em defesa da rede pública de educação pré-escolar



A FENPROF e os seus Sindicatos promovem neste ano de 2005, uma Campanha Nacional em Defesa da Rede Pública de Educação Pré-Escolar. Esta Campanha vem sendo

preparada desde finais de 2004 e teve o seu momento de arranque no dia 1 de Fevereiro de 2005, data em que se comemoraram os 28 anos de criação da rede pública de jardins de infância.

Na preparação da Campanha a FENPROF reuniu com diversas entidades, às quais apresentou os objectivos

e destinatários da iniciativa. Como resultado dos contactos, constituíram-se parceiros nesta importante Campanha, para além da FENPROF, a Associação de Profissionais de Educação de Infância (APEI), a CGTP-IN e o Movimento Democrático das Mulheres (MDM).

A Campanha visa alertar a opinião pública, partidos políticos e órgãos de soberania para a importância da manutenção e alargamento da rede pública de jardins de infância. É fundamental e pertinente criar condições para que todas as crianças dos 3 aos 5 anos possam frequentar a educação pré-escolar, primeira etapa da educação básica, num estabelecimento público, gratuito e de qualidade.

A vertente educativa, objectivo primeiro da educação pré-escolar, a vertente sócio-educativa, numa resposta social às famílias

com qualidade no atendimento às crianças e a formalização da obrigatoriedade de frequência da educação pré-escolar para o grupo etário dos 5 anos, são três dos temas de abordagem desta Campanha, que terão visibilidade através de folhetos, cartazes, encontros de discussão e reflexão com especialistas.

O primeiro folheto, está a ser enviados aos jardins de infância para ser distribuído aos Pais, explícita a função educativa da educação pré-escolar, destacando as bases do trabalho pedagógico, assentes nas *Orientações Curriculares* definidas para este sector.

Mas para além desta distribuição aos pais, entre 6 e 16 de Abril a FENPROF e os seus Sindicatos promoveram acções de rua, com a distribuição à população, nas capitais de distrito.



Euromanifestação de 19 de Março em Bruxelas

■ Henrique Borges (*Direcção do SPN e Secretariado Nacional da FENPROF*)

Foram mais de 60 mil trabalhadores e sindicalistas europeus que no passado dia 19 de Março se manifestaram em Bruxelas, em defesa do emprego, de uma Europa mais social e contra a "directiva Bolkestein". A FENPROF esteve presente nessa manifestação com uma delegação.

Esta directiva, aprovada em 13 de Janeiro de 2004 pela Comissão Europeia, inscreve-se num processo de reformas lançado na reunião do Conselho Europeu de Lisboa de Março de 2000, de que resultou um documento que veio a ficar conhecido como "Estratégia de Lisboa", cuja ambição é transformar a União Europeia, até 2010, no "espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo".

O texto da polémica directiva foi

redigido por Frederik Bolkestein, na altura comissário europeu do Mercado Interno e ex-director da Shell, ex-ministro holandês do Comércio, da Defesa e ex-presidente da Internacional Liberal. Trata-se de uma "directiva-quadro" com implicações nas áreas da indústria, da construção, do comércio, do abastecimento de água, das comunicações, da administração pública, da saúde, da assistência, da educação... É um documento que traduz uma obsessão liberal pela competição e implica uma séria regressão nos direitos sociais.

A acção de protesto, convocada pela Confederação Europeia de Sindicatos, constituiu não só uma rejeição dos caminhos que as elites de Bruxelas pretendem impor para a Europa, mas também, para muitos dos manifestantes, um claro NÃO ao texto do "tratado que estabelece uma Constituição para a Europa", adoptado pelos "vinte e cinco" a 18 de Junho de 2004 e assinado em Roma no passado dia 29 de Outubro.

A palavra de ordem "Non, non à la Constitution de Bolkestein", foi uma das mais ouvidas no decurso da manifestação. Tal ficou a dever-se à presença de muitos

milhares de activistas sindicais provenientes de França, país onde o "não" à Constituição Europeia tem vindo a ganhar cada vez mais adeptos e onde Durão Barroso tem vindo a provocar cada vez maior irritação, em grande parte graças à sua defesa da "directiva Bolkestein", o que levou o deputado socialista francês, Arnaud Montebourg, a dizer: "Já não é directiva Bolkestein, agora é a directiva Barroso"

Em Portugal seremos chamados a pronunciar-nos sobre a Constituição Europeia através de consulta popular. Há quem pretenda que tal consulta se faça na mesma altura em que se irão realizar as Eleições para as Autarquias Locais, o que constitui uma má solução. Sabemos que "dá jeito" ter muita gente a votar... Mas mais do que o "jeito", é importante que as pessoas saibam o que estão a votar. Em Portugal o debate sobre a Constituição Europeia está por fazer. A tentação de levar os portugueses "a apoiarem posições que as organizações políticas ou sociais vão construindo na discussão dos seus órgãos de direcção, ou através da participação em debates institucionais" é uma tentação para os que pretendem levar os portugueses a decidir,



sem terem consciência das implicações da sua decisão. Não só não é sério, como pode vir a constituir um "erro histórico", como alertou a CGTP-IN em Novembro de 2004.

Confesso que tenho, mas não li, as 349 páginas do "tratado que estabelece uma Constituição para a Europa", completadas por mais 503 páginas de anexos, protocolos e declarações. São mais de 800 páginas! Confesso também que não acredito que Zinedine Zidane, uma das vedetas do mundo do futebol contratada pelo primeiro-ministro de Espanha, J.L. Zapatero, para

propagandar o "sim", o tenha feito.

Não li sequer, neste caso porque a ela não tive acesso, a brochura simplificadora distribuída pelo Serviço de Publicações das Comunidades Europeias, mas quem a leu diz que consegue a proeza de "deliberadamente" subtrair à atenção dos cidadãos, 322 dos 448 artigos de todo o documento - os que compõem a sua terceira parte, como se de uma doença vergonhosa se tratasse... Há quem afirme que esta proposta de Constituição Europeia mais se parece com um "copiar-colar" dos Estatutos do

Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Carta da Organização Mundial do Comércio (OMC), enfeitada com uma saudação a Bush no tocante ao "terrorismo" e outra ao Vaticano no tocante à "religião".

Não é a Europa que está em causa com aprovação ou não deste "tratado que estabelece uma Constituição para a Europa". O ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Freitas do Amaral, considera que "haverá outras maneiras de progredir". O que está em causa é o modelo de Europa. |

Directiva Bolkenstein

A liberalização dos serviços públicos não serve os trabalhadores

A proposta de directiva comunitária, apresentada pela Comissão Europeia, sobre a criação de um mercado interno de serviços (Directiva Bolkenstein, por ter sido da iniciativa do antigo comissário holandês Fritz Bolkenstein) é um dos mais graves atentados aos serviços públicos dos países da UE, bem como aos direitos sociais da maioria dos seus trabalhadores.

Merecedora, hoje, de grande contestação por parte dos trabalhadores de toda a União Europeia, da generalidade das organizações sindicais e de um grande número de organizações e movimentos sociais, esta directiva, a ser aprovada, traduzir-se-ia na ampliação das privatizações a um maior número de áreas, serviços e funções.

Segundo a mesma, os serviços em qualquer país da UE poderiam ser prestados por empresas com sede no estrangeiro, regendo-se pelas regras de contratação e pelos normativos sociais do respectivo país de origem. Esta norma rapidamente promoveria o "dumping social" e nivelaria por baixo as normas de protecção social dos trabalhadores dentro do espaço comunitário. É de realçar que apesar dos grandes prejuízos que uma directiva deste tipo acarretaria para os trabalhadores portugueses, o Estado Português é um dos que a apoia, ao contrário de outros países como a França, a Alemanha ou a Suécia.

Este processo liberalizador e priva-



Vinciane Convenes www.solidaire.org

tizador, a concretizar-se levará, como consequência, a uma grande degradação da qualidade dos serviços, ao aumento dos custos e à redução do seu carácter universal.

A privatização dos serviços públicos traduz-se sempre no agravamento das assimetrias e injustiças sociais, leva à exclusão de vastos sectores da população

e constitui, de facto, um grave retrocesso civilizacional.

Do Governo português exige-se uma mudança de posição, juntando a sua voz à dos países que recusam a Directiva, aos sindicatos europeus e à generalidade dos trabalhadores. |

MN



Novas regras de financiamento para as escolas profissionais de Lisboa e Vale do Tejo

Foi publicada, no passado dia 9 de Março, a Portaria nº 246/2005 que aprova o regulamento do financiamento público dos cursos profissionais ministrados em escolas privadas que funcionem em regiões não abrangidas pelos fundos comunitários, ou seja, no caso concreto, a região de Lisboa e Vale do Tejo, que desde 2003 deixou de beneficiar daqueles fundos. O novo modelo de financiamento entrará em vigor já no próximo ano lectivo (2005-2006) e aplicar-se-á, com as devidas adaptações, aos ciclos de formação iniciados em 2003 e 2004.

Será atribuído um subsídio de formação por curso, por turma, a definir anualmente pelo Ministério da Educação e os cursos serão hierarquizados, para efeitos de financiamento, de acordo com uma identificação de áreas prioritárias e estratégicas para o desenvolvimento sócio-económico do país. Por regulamentar ainda, em legislação específica, estão as normas de acesso ao financiamento por parte das escolas, bem como as condições, as modalidades e os montantes dos pagamentos a efectuar pelo Estado às escolas que vierem a usufruir deste financiamento.

A alteração ao modelo de financiamento que estava a ser aplicado às escolas profissionais da região de Lisboa e Vale do Tejo desde 2003/2004, em regime de experiência, é uma medida de sentido positivo e que veio dar razão às denúncias e reivindicações da FENPROF. De facto, desde a sua entrada em vigor que denunciámos que este era um modelo que não iria funcionar e que iria agravar ainda mais a precária situação financeira das escolas profissionais, uma vez que as bolsas eram concedidas aos alunos e não às escolas. Além disso, o dinheiro das bolsas estava muito aquém dos valores reais das formações ministradas pelas escolas, sendo manifestamente insuficiente para o normal e básico funcionamento destas instituições, como pudemos comprovar através de um estudo da situação feito na altura e que, oportunamente, denunciámos junto do Ministério da Educação. Resta agora saber se os critérios e os montantes do financiamento do novo modelo irão respeitar os valores reais dos cursos profissionais e se

não colocarão em causa, uma vez mais, o desenvolvimento dos projectos educativos das escolas e, mesmo, o seu funcionamento.

Por outro lado, não podemos esquecer que esta é uma medida que irá abranger, no imediato, apenas uma pequena parte das escolas profissionais do nosso país, sendo por isso, uma medida parcelar e ainda insuficiente. As outras escolas (a maioria) continuam a ser financiadas através dos fundos comunitários, com um regime de reembolsos que não lhes permite fazer face aos inúmeros compromissos que têm com formadores, alunos e fornecedores, uma vez que as escolas são reembolsadas muitos meses depois das despesas efectuadas. Este é um regime que está objectivamente a "estrangular" e a destruir estas escolas. É, por isso, cada vez mais necessário e urgente a tomada de medidas para alterar e agilizar a aplicação dos fundos comunitários a estas escolas. Só assim, as medidas que irão ser aplicadas às escolas da região de Lisboa e Vale do Tejo, terão verdadeiramente sentido.

Só assim será possível implementar uma "estratégia correctiva" e reforçar a aposta no ensino profissional, como diz pretender fazer o Ministério da Educação. Também, só dessa forma, será possível criar as condições para que os professores e formadores das escolas profissionais tenham acesso a uma carreira digna e valorizada e a um contrato de trabalho específico.

A verdadeira aposta no desenvolvimento e valorização do ensino profissional passa, contudo, é fundamental não o esquecermos, pela crescente oferta pública de cursos profissionais. Mais uma vez reafirmamos que o Estado e o Ministério da Educação não se podem demitir das suas responsabilidades nesta matéria, devendo assumir, de forma inequívoca, a importância da formação profissional inicial para o desenvolvimento do país, criando todas as condições efectivas, em termos financeiros, humanos e materiais, para que os cursos profissionais possam ser generalizados, com qualidade e sucesso, nas escolas públicas. ■

Anabela Sotaia (Direcção do SPRC e Secretariado Nacional da FENPROF)



Discussão pública de nova legislação para o ensino profissional nos Açores

O Ensino Profissional é uma realidade em crescendo na Região Autónoma dos Açores. A comprovar este facto estão as matrículas de cerca de 2000 alunos nos 16 estabelecimentos de ensino/formação profissional existentes no Arquipélago. Esta modalidade de ensino é tutelada e gerida por diferentes organizações, nomeadamente autarquias, instituições particulares de solidariedade social, organizações sindicais e patronais, cuja actividade é apoiada pela União Europeia, no quadro do Fundo Social Europeu e pelo Governo Regional. Apenas uma das escolas de Ensino Profissional integra a rede pública de estabelecimentos de ensino.

Este segmento de ensino é regulado pelo Decreto Lei nº 4/98 com as adaptações regionais introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional nº 30/2000/A de 11 de Agosto. Segundo a Tutela, Secretaria Regional da Educação e Ciência, torna-se necessário rever esta legislação adequando-a ao projecto de implementação de um sistema educativo regional! Sistema este que tem sido alvo de críticas pelo Sindicato de Professores da Região Açores. Assim, e para que a Região possua legislação específica relativa ao Ensino Profissional, a SREC colocou em discussão pública uma proposta de DLR (documento de trabalho, versão 1) que irá regular o regime de criação, organização e funcionamento de escolas profissionais na região Açores.

O SPRA oportunamente emitirá o seu parecer relativo à legislação em causa acompanhando, com toda a atenção, as futuras intervenções legislativas que a Tutela propõe para esta área de ensino. ■

Fernando Vicente
(Direcção do SPRA)



O que se destacou da Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação?

■ João Cunha Serra (*Direcção do SPGL e Secretariado Nacional da FENPROF*)

A Conferência teve por objectivos discutir e aprovar recomendações para o trabalho da FENPROF no Ensino Superior e na Investigação, bem como para o trabalho conjunto com os outros sectores de ensino no âmbito da Federação.



A Conferência abordou a situação nacional e internacional do Ensino Superior e da Investigação sob o pano de fundo da "Estratégia de Lisboa" e do "Processo de Bolonha". A

Conferência visou ainda aperfeiçoar e reforçar o Departamento do Ensino Superior, de modo a que este venha a estar nas melhores condições para afirmar o sector na sociedade e entre os colegas.

A fase de preparação da Conferência foi bastante rica. Foram efectuadas várias reuniões com sindicalizados e, pela primeira vez, foram realizadas 3 Audições a colegas destacados, para o efeito convidados, quer do Ensino Superior Público (universitário e politécnico), quer do Ensino Superior Particular e Cooperativo (ESPC). As audições abordaram questões relativas ao futuro do Sistema do Ensino Superior, em particular, a autonomia e gestão, o financiamento, o acesso e o sucesso no Ensino Superior, o Ensino ao Longo da Vida, novos públicos, a investigação e a situação no ESPC. Várias das intervenções realizadas no âmbito destas audições foram já publicadas no suplemento ao JF destinado ao Ensino Superior. Foi ainda concretizado um Colóquio sobre o Processo de Bolonha.

A Conferência teve a participação de cerca de uma centena de delegados, a maioria dos quais eleitos directamente pelos

associados do sector. O objectivo foi conseguir uma assembleia representativa. No entanto, a Conferência teve a participação de quem se quis inscrever, sindicalizado ou não. Houve espaço para a apresentação de comunicações individuais, bem como para o debate e para a votação dos documentos de trabalho apresentados à Conferência.

No primeiro dia da Conferência houve dois painéis: Um, reunindo alguns dos mais destacados sócios do Ensino Superior da FENPROF, que abordou a problemática nacional do ensino superior e da investigação, em particular, no que se refere à aplicação do Processo de Bolonha, e, outro, sobre a situação sindical a nível internacional, que teve a participação de representantes do SNESup de França, da FECCOO de Espanha e da DM da Dinamarca.

O segundo dia foi especialmente dedicado ao debate de questões de organização, tendo sido eleito um Conselho de Departamento destinado a debater e a acompanhar a actividade reivindicativa da FENPROF, para o Ensino Superior e a Investigação, e as políticas de ensino e de investigação. Foi ainda aprovada a constituição de 6 grupos de trabalho para apoio

da reflexão e da acção do Departamento, que passou a ser designado por Departamento do Ensino Superior e da Investigação.

O Departamento saiu, deste modo, reforçado pela aprovação de documentos orientadores para a sua acção e pelo alargamento do número de sindicalizados que passam a participar na sua estrutura (Conselho de Departamento, Comissão Coordenadora e Grupos de Trabalho), responsabilizados para tal pela confiança que os associados que os elegeram neles depositaram.

Esta Conferência apetrechou melhor o Departamento para as actuais necessidades de intervenção no âmbito da situação profissional dos docentes e dos investigadores, domínio em que foi aprovada uma "carta reivindicativa e um conjunto de princípios a observar no exercício das profissões de docente e de investigador, e no âmbito das mudanças necessárias para o aumento da relevância social, da qualidade, da eficácia e eficiência do Sistema de Ensino Superior e de Investigação do país, que foram objecto de uma resolução e do documento sobre o Futuro do Ensino Superior e da Investigação aprovados pela Conferência. ■



O nosso actual Ensino Secundário e o prolongamento da escolaridade obrigatória para 12 anos

■ Rolando Silva (*Direcção do SPGL e Secretariado Nacional da FENPROF*)

O prolongamento da escolaridade obrigatória para 12 anos é uma reivindicação que os sindicatos de professores agrupados na FENPROF já vêm defendendo há cerca de 10 anos. As medidas dos dois últimos governos do PSD e o seu diploma de Lei de Bases da Educação que o Presidente da República vetou, também apontavam para esse objectivo, mas no quadro de uma clara elitização do 3.º ciclo do Ensino Básico (com exames no 9.º ano) e do próprio Ensino Secundário, que levaria a que não passassem de medidas tomadas no papel.

O anúncio da inserção no programa do XVII Governo de José Sócrates de uma medida tendente a levar à frequência da Escola todos os jovens até aos 18 anos, coloca a questão de novo em toda a actualidade, mas exige que caracterizemos a actual situação do Ensino Secundário e do final do Ensino Básico, que a Lei de Bases do Sistema Educativo, de 1986, prolongou para 9 anos.

O nosso actual Ensino Secundário é frequentado por cerca de 385 mil alunos (1999/2000) e registou, relativamente aos valores de 1970/71 (cerca de 25 mil alunos inscritos nos anos correspondentes ao nosso



Rolando Silva intervindo na Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação

actual Ensino Secundário), um acréscimo de frequência traduzido numa multiplicação por 15 vezes mais. Contudo, a sua taxa de frequência é, actualmente (2001), de 65 em cada 100 dos jovens na respectiva faixa etária, e ainda é cerca de 20 pontos abaixo da média dos países da União Europeia. Isto significa que, não obstante o esforço feito nos últimos 30 anos, ainda é necessário aumentar significativamente essa frequência.

Contudo, para além de uma *baixa taxa de frequência*, há igualmente uma *distorção* na procura dos cursos oferecidos por este segmento de ensino, já que cerca de 70% dos alunos se encontram matriculados nos cursos gerais, aqueles que têm como única saída o prosseguimento de estudos,

sendo que as restantes opções – cursos tecnológicos, ensino artístico, ensino profissional – têm uma procura muito mais reduzida. Ou seja, o Ensino Secundário está a funcionar quase exclusivamente como preparação para o ingresso no Ensino Superior, não atraindo os jovens para saídas profissionalizantes de qualificação intermédia, como seria desejável.

Saída precoce da Escola

A acrescentar a estes dois factores temos ainda uma *elevada taxa de abandono e de insucesso escolar* que ultrapassa os 50% e que apresenta valores mais elevados nos próprios cursos tecnológicos, considerados uma segunda escolha pela

grande maioria dos alunos, bem como o ensino profissional.

Não obstante uma melhoria significativa entre 1991 e 2001, a consequência desta situação é uma *taxa de saída precoce da Escola dos jovens entre os 18 e os 24 anos*, que registava um valor, em 2001, de 45% dos jovens dessa faixa etária que não tinham concluído o Ensino Secundário, nem se encontravam já matriculados em qualquer estabelecimento de ensino, valores que estão incomensuravelmente distantes dos 19% da taxa média da União Europeia (dos 15).

Contudo, se compararmos estes valores com os da *taxa de saída antecipada* dos jovens na mesma faixa etária, em relação ao Ensino Básico, verificamos que o problema começa logo no 3.º ciclo do Ensino Básico, onde cerca de 25% dos jovens não concluíam, em 2001, o 9.º ano e já tinha desistido da escola, o que na realidade significa o não cumprimento ainda dos 9 anos de escolaridade obrigatória, tendo como causa principal o insucesso e o abandono escolares. Não obstante, também aqui, uma nítida melhoria em relação aos valores de 1991 (54%), verifica-se que o problema tem raízes mais fundas que passam por situações sociais de bastante

complexidade e em que a principal, segundo os mais recentes dados da UNICEF, parece ser a *pobreza*, que afecta cerca de 15% das nossas crianças.

Todos estes dados implicam que seja necessário tomar medidas para resolver estes problemas de frequência e de sucesso escolar das nossas crianças e jovens (e o conseqüente combate ao abandono escolar), não só ao nível do sistema educativo mas, também, com medidas sociais de combate à pobreza e ao desemprego a montante e durante a frequência escolar das crianças e dos jovens, pelo menos até aos 18 anos.

Medidas que exigem coragem política

Em relação ao nosso actual Ensino Secundário, prolongar a escolaridade para 12 anos de frequência obrigatória implica, assim, medidas que exigem coragem política, nomeadamente:

- a *manutenção de um tronco comum de escolaridade básica até ao 9.º ano*, acompanhada de *medidas de carácter social e de apoio às famílias*, como forma de combater o abandono escolar e a saída

precoce da escola para o mundo do trabalho;

- *dar igual dignidade às várias opções do Ensino Secundário*, ao contrário das actuais primeira, segunda e terceira escolhas que hoje se verifica entre os cursos de prosseguimento de estudos e os cursos tecnológicos e profissionais;

- *reequilibrar a oferta dos cursos e orientar o Ensino Secundário para a qualificação de quadros intermédios*, ou seja, colocar o objectivo da preparação para o mercado de trabalho em igualdade com o que hoje predomina, o da preparação para o Ensino Superior;

- *analisar e reajustar as reformas curriculares ultimamente empreendidas* aos dois objectivos anteriormente enunciados e optar por uma *banda larga de formação*, no que diz respeito aos cursos tecnológicos;

- *equipar as escolas e formar os docentes* necessários para levar a cabo uma verdadeira *reforma do Ensino Secundário*, dado o evidente desequilíbrio existente (a nível da área tecnológica) entre o equipamento instalado e a formação dos docentes, por um lado, e a vertente humanística e científica pura, pelo outro. |

7º Congresso dos Professores do Centro

Paulo Sucena na sessão de abertura:

“O SPRC é uma força imprescindível”

“O SPRC e os professores da região centro continuarão a afirmar o seu sindicato como um pilar na defesa dos direitos sócio-profissionais dos docentes, na defesa de uma escola democrática da mais alta qualidade e uma força imprescindível para o desenvolvimento da democracia”, afirmou Paulo Sucena, na sessão de abertura do 7º Congresso dos Professores do Centro.

O secretário-geral da FENPROF deixou em Aveiro uma vibrante saudação ao SPRC e a todos os educadores e professores da região centro pela “determinação e combatividade” manifestadas ao longo “desta exaltante jornada de luta comum”.

O Secretário Geral reafirmou o empenhamento dos educadores e professores na exigência das mudanças urgentes em defesa da escola pública de qualidade, da estabilidade profissional e da dignidade profissional, destacando as propostas objectivas que o Secretariado Nacional da FENPROF apresentou aos titulares da Educação e do Ensino Superior, Inovação e Ciência.

O VII Congresso dos Professores do

Centro aprovou três resoluções sobre os temas de estudo (“necessidade de reformarmos a unidade dos professores”, “a organização sindical” e “a acção sindical, decisiva para as mudanças que fazem falta ao País”) e uma resolução para a acção reivindicativa imediata que reclama:

- A revisão do Código de Trabalho;
- O fim dos processos de privatização, directa e indirecta dos serviços públicos;

- A aprovação de medidas concretas para uma reforma democrática da administração pública;

- A revogação da legislação, aprovada pela maioria de direita que governou o país, relativa à avaliação do desempenho;

- A revogação da legislação sobre contratos individuais de trabalho e a vinculação dos trabalhadores da administração pública;

- A revogação da Lei relativa à alteração às regras para a aposentação dos trabalhadores da administração pública.

O VII Congresso considerou preocupantes algumas opções do governo, expressas no seu programa, nomeadamente no que



se refere à “idade de reforma”, ao nívelamento, pelo tratamento menos favorável, dos regimes da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, ao restabelecimento de “prémios de honra e pecuniários ao mérito e à excelência”, à mobilidade (...) e flexibilização das condições de trabalho (...) através do regime de tempo parcial” e às “promoções extraordinárias por mérito”.

A Direcção do SPRC vai acompanhar crítica e atentamente estas matérias e não hesitará em mobilizar os professores para as acções que tenham por objectivo contrariar quaisquer tentativas do governo legislar neste sentido. |

Reunião em Madrid

FENPROF e FE CC.OO. em defesa dos direitos dos docentes e da escola pública

A FENPROF e a Federación de Enseñanza de las Comisiones Obreras (FE CC.OO.), as duas mais importantes e representativas organizações sindicais de docentes de Portugal e Espanha, reuniram-se em Madrid nos dias 31 de Março e 1 de Abril. Nesta reunião participaram, pela FENPROF, o seu Secretário-Geral, Paulo Sucena, e os membros do Secretariado Nacional e Coordenadores dos SPN e SPRC, respectivamente, Abel Macedo e Mário Nogueira.

Os principais assuntos debatidos no encontro foram as condições de trabalho nas escolas, as carreiras dos docentes e a relação entre escola pública e escola privada. Questões como a situação do pessoal não docente ou a formação de professores foram aspectos também abordados numa reunião que permitiu a cada delegação um melhor conhecimento da realidade educativa do país vizinho.

Os professores espanhóis, que actualmente se envolvem num profundo debate sobre o futuro do ensino e da educação no seu país, pretendem, e essa é uma reivindicação assumida pela FE CC.OO., ver negociado e aprovado um estatuto da carreira docente, considerando um bom exemplo e excelente ponto de partida para a negociação o ECD dos professores e educadores portugueses. Em Espanha, contudo, há dificuldades acrescidas que decorrem da própria realidade nacional, complexa, com fortes autonomias assumidas em cada região e que tornam difícil

qualquer uniformização consagrada por um quadro legal global.

No que concerne às questões salariais, confirmou-se, contrariamente ao que muitas vezes é divulgado em Portugal por governantes e comunicação social, que os professores portugueses não são mais bem pagos do que os seus vizinhos.

No início de carreira os docentes espanhóis usufruem de um salário muito superior aos portugueses, a meio da carreira a vantagem mantém-se e no final, embora o vencimento líquido seja equivalente, a carga fiscal e os descontos sociais são muito menores em Espanha o que permite uma diferença líquida superior a 300 euros.

No que respeita à carga fiscal, aos 24,5% portugueses de IRS correspondem apenas 20% em Espanha. Quanto aos descontos para a aposentação e assistência médica, aos mais de 300 euros de dedução em Portugal (situação de topo da carreira) correspondem 113 euros em Espanha...

Problema que preocupa muito os nossos vizinhos espanhóis é o grande peso do sector privado. Naquele país a relação público-privado é de equivalência, situação que resulta da forte presença e poder da Igreja Católica. A excepção vai para o ensino su-

perior onde o público é bastante mais representativo. Portugal, apesar dos fortes ataques à escola pública, consegue manter uma situação bem diferente com a própria legislação vigente a considerar o ensino privado como supletivo. Por essa razão, apesar dos fortes apoios que têm beneficiado o privado, este queda-se pelos 10% das respostas educativas, o que prova que a luta em defesa da escola pública, no nosso país, não tem sido em vão.

Na reunião foram ainda consideradas algumas estratégias de intervenção sindical comum, designadamente a nível internacional (e particularmente no espaço comum europeu) tendo também sido consideradas algumas linhas para a intervenção das duas organizações no Fórum Social Ibérico.

A próxima reunião entre a FENPROF e a FE CC.OO. terá lugar no nosso país, ainda este ano, em data a marcar. Nessa reunião, o debate centrar-se-á nas condições de trabalho e problemas mais complexos que se apresentam aos docentes e às escolas das regiões fronteiriças de ambos os países. ▮

Mário Nogueira

Membro do Secretariado Nacional da FENPROF



Delegação sindical dos Professores da Sérvia em Portugal

A convite da FENPROF, deslocou-se ao nosso País uma delegação da organização sindical dos Professores da Sérvia Montenegro, dirigida pelo seu Presidente, **Branislav Pavlovic**, e integrando também **Zorica Kitanovic**, do Comité Executivo e **Ivan Pavicevic**,

secretário do Departamento Internacional Confederal. A delegação teve encontros em Lisboa no dia 6 de Abril com dirigentes da FENPROF (Paulo Sucena, Abel Macedo, Mário Nogueira, José Filipe Estevéns, Helena Gonçalves, Manuel Grilo e Francisco Almeida) e da CGTP-IN (Manuel Carvalho da Silva e Graciete Cruz) e participou em diversas visitas nas regiões centro e norte. ▮



Federação Europeia de Jornalistas
aprova Moção em Bilbao

Um forte apelo ao reforço do pluralismo e do direito à informação

Assembleia anual da Federação Europeia de Jornalistas (FEJ), reunida em Bilbao nos passados dias 3 e 4 de Abril, aprovou por unanimidade uma moção apresentada pelo Sindicato dos Jornalistas (SJ) sobre o direito à informação, o pluralismo dos média e os direitos dos jornalistas.

A FEJ partilha as preocupações do Sindicato dos Jornalistas (SJ) quanto à necessidade de acautelar a nível europeu a defesa do pluralismo dos média, combatendo a crescente tendência de concentração que se regista no sector.

Nesse sentido, aprovou a moção do SJ apelando ao empenhamento dos sindicatos e outras organizações de jornalistas dos países membros do Conselho da Europa para pressionarem os respectivos governos no sentido "de adoptarem a Declaração de Ética do Jornalismo (Resolução 1003 de 1993) e promoverem a integração dos seus princípios básicos nas legislações nacionais".

A moção apela, também, "à Comissão Europeia que elabore uma directiva sobre concentração dos média que garanta um quadro pluralista dos média na Europa".

Campanha em defesa do audiovisual público

Os cerca de 60 participantes na assembleia anual da FEJ, em representação de 32 sindicatos, entre os quais o português, e organizações de jornalistas de 25 países, aprovaram igualmente, por unanimidade, uma forte posição em defesa do serviço público de Rádio e Televisão na Europa.

Tendo em consideração que o serviço público audiovisual continua a enfrentar uma crise cada vez mais grave em toda a Europa, como se comprova pelas situações registadas no Reino Unido - 3000 postos de trabalho estão ameaçados na BBC -,



França, Espanha, Portugal, Dinamarca, Itália e Alemanha, foi decidido criar um grupo de trabalho que intensifique e reforce a campanha em defesa do serviço público de Rádio e Televisão.

Esta medida constitui uma orientação estratégica da FEJ, que se propõe levar a cabo em 2005 uma intensa campanha contra os ataques ao serviço público audiovisual perpetrados pelas empresas de média privados e para assegurar que os valores do serviço público voltarão a ter o seu lugar no centro da política em matéria de radiodifusão.

A assembleia da FEJ adoptou, ainda, um documento orientador para a acção dos sindicatos de jornalistas europeus, denominado "Uma Agenda para a Mudança", que abrange aspectos como os direitos e a contratação colectiva, as estratégias económicas e o respeito pela diversidade cultural, os valores do serviço público e a qualidade do jornalismo para uma Nova Europa. ■

Anabela Fino, da Direcção do SJ, em Bilbao
www.jornalistas.online.pt
4/04/2005

Fórum Social Mundial A construção da utopia

O Comité Internacional do Fórum Mundial de Educação reuniu a 25 e 29 de Janeiro, em Porto Alegre (Brasil), no sentido de perspectivar o futuro em termos de metas e metodologias face ao próximo Fórum Mundial em 2007, a realizar em África. Foi decidido acompanhar o evento e editar um boletim electrónico que aproxime as organizações participantes, que a FENPROF, naturalmente, integra.

Em Porto Alegre, cerca de 155.000 de entre os que acreditam num "outro mundo possível" marcaram presença, reafirmando a vontade na construção de uma plataforma mundial de luta(s) pela sustentabilidade política, social e económica do planeta. Do comércio justo, a sessões sobre o ambiente, cidadania, educação e tantos outros, os cerca de 2.000 debates reuniram participantes de 135 países que em tendas sob um calor tórrido, ouviram oradores e especialistas de todo o mundo, participando em seguida nos debates.

Ratificámos a adesão à Carta de Princípios do FSM e foi decidido o fortalecimento em 2005 e 2006, de "fora" locais e regionais, continentais e outros, que permitam que a Plataforma Mundial pela Educação avance na luta mundial por "outra educação possível".

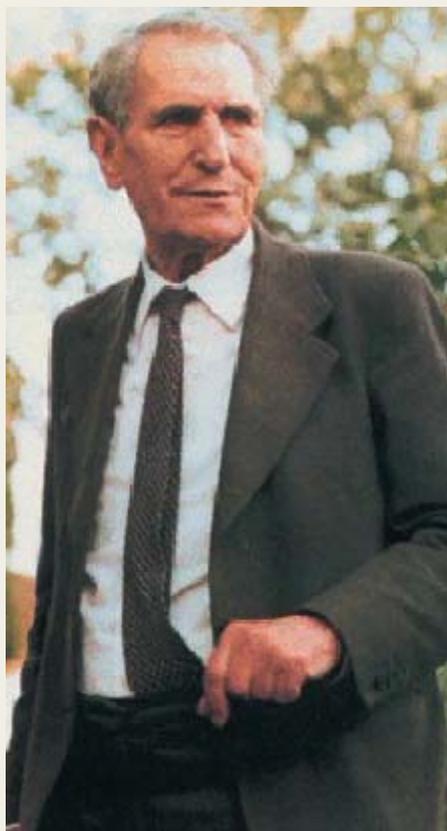
O debate sobre "Educação e o milénio" que moderámos, tendo como oradores o Presidente da I.E. (Internacional de Educação) e a Presidente do Sindicato de Trabalhadores de Educação do Brasil (CNTE), abriu discussão entre os participantes de Espanha, Alemanha, Itália, Argentina, Chile e Colômbia, entre outros, além de colegas e estudantes brasileiros, dando uma panorâmica das lutas respectivas pelo direito universal a uma educação emancipatória.

Este Fórum Social Mundial foi, uma vez mais, pauta do hino conjunto da humanidade, na construção de utopia(s). ■

Ana Gaspar
(Membro da Direcção do SPGL)

Revisitar a obra de Miguel Torga

e conhecer locais importantes da vida do escritor



Datas:

13 de Maio de 2005 - 1ª turma
3 de Junho de 2005 - 2ª turma

Resumo da acção:

Conhecer locais ligados a Miguel Torga e à sua obra. Nesses locais e durante o percurso que a eles conduz, serão salientadas características nomeadamente da sua poesia, dos contos, da autobiografia romanceada, do diário e de algumas cartas de Autor.

Responsável pelo apoio científico:

Assunção Morais Monteiro, professora catedrática da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).

Local de encontro para o início da viagem:

Complexo pedagógico da UTAD na Quinta de Prados, em Vila Real às 9.30h

A FENPROF assegura transporte, de ida e volta, em autocarro a partir dos seguintes locais:

Coimbra - Praça da República - 7.00h

Porto - Praça Francisco Sá Carneiro (ex Praça Velasques, junto ao Café Velasques) - 8.15h

Regresso a Vila Real:

Cerca das 18h.

Trajecto: Vila Real – Mateus – S. Martinho de Anta – arredores – S. Leonardo de Galafura – Vila Real.

Almoço: Em S. Martinho de Anta no restaurante onde Miguel Torga fazia as suas refeições.

Destinatários: Professores e quaisquer outras pessoas interessadas na obra de Miguel Torga, incluindo alunos.

FICHA DE INSCRIÇÃO

revisitar a obra de Miguel Torga

Nome _____

Morada _____ CP _____ - _____

Telefone _____ TMóvel _____ E-mail _____

Sócio SIM Sindicato _____ N.º _____ Não Sócio

Assinale o dia em que pretende participar: **13 de Maio** **3 de Junho**

Junto envio cheque no valor de _____ Euros do Banco _____

Assinale o local onde pretende iniciar a viagem:

Coimbra [7.00 horas] ; Porto [8.15 horas] ; Vila Real [9.30 horas]

"O Senhor Lino Ferreira"

António Fernando G. Correia
Pinto

Sócio do SPN n.º 6688

Exm.º Senhor
Dr. Paulo Sucena
Director do Jornal da FENPROF

Apesar de ser um leitor de sempre e em regra atento do Jornal da FENPROF, só no passado Sábado, depois de alertado por alguns colegas com quem partilhei alguns momentos de convívio, tive curiosidade para procurar e ler na edição de Fevereiro/Março do Jornal da FENPROF, a crónica publicada pelo colega Mário David Soares, com o título "O Senhor Lino Ferreira".

Confesso, que depois de ter ouvido os comentários que os referidos amigos fizeram, tinha a minha curiosidade aguçada, por várias razões: tinha, ainda tenho e espero continuar a ter, uma opinião muito positiva sobre a pessoa e sobre o dirigente sindical que foi e é o colega Mário David Soares; tinha, ainda tenho e estou certo de que vou continuar a ter uma opinião globalmente positiva sobre o percurso profissional do Dr. Lino Ferreira.

Confesso, que depois de ter lido a crónica, fiquei sem perceber nada do que se estava a passar e, de duas uma, ou tenho andado distraído e estamos perante uma crónica em dois episódios e este é o segundo e eu não li o primeiro, ou é o primeiro e está para vir o próximo que irá ajudar a clarificar as dúvidas que eu, e pelos vistos muitos outros amigos com quem tenho falado, temos.

Não percebi e francamente não gostei do tom, impróprio do seu autor do seu percurso e da instituição que representa e inadequado para o seu destinatário, nem percebi o conteúdo porque de facto, ele não existe para além da manifesta, permanente e insultuosa insinuação.

Não conheço completamente o percurso profissional do Dr. Lino Ferreira. No entanto, se alguma vez tivesse querido falar do assunto de forma responsável e em público, teria certamente aprofundado o meu conhecimento.

Dessa forma, no mínimo, teria sabido que o Dr. Lino Ferreira ainda antes de ter

iniciado funções técnicas nas construções escolares, desempenhou funções docentes, foi Presidente do Conselho Directivo de uma escola pública do distrito do Porto e adjunto do Senhor Governador do território de Macau, entre outras funções, todas elas, obviamente e no mínimo, tão dignas como as de dirigente sindical.

Por último, na minha qualidade de sócio do sindicato, não posso deixar de me manifestar inconformado com a única justificação que se apresenta na crónica: pelos visto o Dr. Lino Ferreira meteu-se com o Sindicato do colega Mário David Soares!

Ora, tendo em conta que o Sindicato do colega Mário David Soares é – também – o sindicato onde me encontro inscrito como sócio desde a sua constituição, e, por isso, se é dele também é meu, entendo que me assiste a mim o direito de conhecer os factos que levaram à referida afirmação e ao autor o dever de clarificar de forma inequívoca os factos que justificaram a sua reacção traduzida nos termos da crónica.

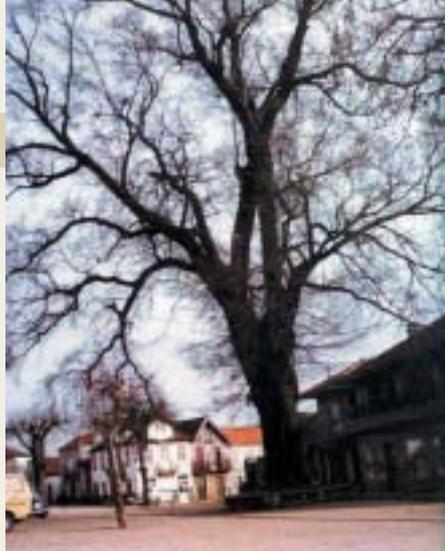
De outra forma e mais uma vez, de duas uma: ou essa clarificação acontece e mesmo não concordando com o tom e com o conteúdo, pelo menos ficarei a compreendê-los, ou então, estaremos perante uma situação que, embora lamentável, tem para mim a compreensão que é devida às crianças e aos jovens em algumas situações de conflito, em que, quando questionados sobre as razões que justificaram uma determinada atitude agressiva, se limitam a responder que os outros os estavam a gozar, mas nunca sendo capazes de explicar os factos concretos, porque eles simplesmente e em regra, não existem.

E já agora, se também como é certamente meu direito como membro dessa grande organização de profissionais docentes que é a FENPROF, me for permitido ser, ainda que por uma só vez, também cronista na tal JANELA ABERTA, gostaria de o fazer com a presente mensagem.

Fico a aguardar com grande expectativa a vossa mais do que certa anuência a este meu pedido, e também os esclarecimentos do meu caro colega e amigo Mário David Soares.

Como disse, quero continuar a manter a sua imagem positiva.

Um abraço amigo e educativo do,
Correia Pinto



Preços:

Especial para Sócios - 30 Euros
(inclui almoço e transporte)

Para Não Sócios - 75 Euros

Para quem opte por se deslocar na véspera, a organização sugere alojamentos em:

Hotel Solar dos Canavarros –
redução 50% (acordo FENPROF)
Telef: 259930240

Hotel Miracorgo – Vila Real
Telef: 259 325 001

Hotel Quality Inn – Sabrosa
Telef: 259 930 240

Quinta do Passo – Vila Real –
Telef: 259 340 790

Inscrições:

até ao dia 5 de Maio para:

Centro de Formação do Sindicato
dos Professores da Região Centro
Rua Lourenço Almeida de
Azevedo, 21 - 3000-250 Coimbra

Resposta a Correia Pinto

O meu amigo Correia Pinto entendeu reagir à crónica do mês passado intitulada "O Senhor Lino Ferreira". Com sinceridade lhe agradeço a reacção porque ela prova duas coisas para mim importantes, a saber:

a) há quem leia e esteja atento ao que eu escrevo;

b) a crónica conseguiu atingir o objectivo pretendido.

Conheço o Correia Pinto há muitos anos para saber que reagiu com sinceridade. E não fosse a circunstância de me ter interpelado directamente eu não responderia à sua carta. Não por descortesia, mas porque não gosto de ter a última palavra "inteligente" como no caso dos esclarecimentos que sempre acompanham os protestos dos que se sentem ofendidos pelos jornais e para lá escrevem.

Vamos então ao essencial. O senhor Lino Ferreira é director regional do Norte. Pratica actos de gestão de acordo com o poder político. O senhor Lino Ferreira tem, pois, responsabilidades políticas e, nessas circunstâncias, está sujeito à crítica política. Que pode ser politicamente correcta ou politicamente incorrecta. A minha foi propositadamente politicamente incorrecta. Porque estou farto dos agentes tecnocráticos que, escondidos atrás da tecnocracia, se fartam de fazer política de acordo com os detentores do poder. E sempre dizem depois "não fui eu, não fui eu..."

Ora eu pensava que todos os que se interessam pela educação e vivem no Norte têm seguido o que diz e faz o senhor Lino Ferreira, mas como o meu colega e amigo Correia Pinto não esteve muito atento ao que o seu e meu Sindicato disse e fez a propósito do que disse e fez o senhor Lino Ferreira, eu lembro-lhe três factos:

a) aquando da constituição dos agrupamentos de escolas, o senhor Lino Ferreira, mais papista que o papa (sendo que o "papa" fazia o discurso de que respeitaria a vontade das escolas), entendeu que deveria impor às escolas os agrupamentos que ele tinha feito sozinho(?) no seu gabinete. O seu e meu Sindicato exigiu publicamente a demissão do senhor Lino Ferreira. Em mais de 20 anos de existência, foi a primeira vez que o SPN exigiu a demissão de um direc-

tor regional de educação. Na Conferência de Imprensa realizada a 18 de Julho de 2003, o SPN denunciou o comportamento do director regional durante este processo, a "prepotência e desprezo pelas comunidades educativas", o "desrespeito pela lei" e o "recurso à intimidação, ameaça e insulto" a professores, pais e autarcas, nomeadamente a membros de órgãos de gestão das escolas que levantavam dúvidas ou apenas ousavam lembrar ao Director Regional de Educação do Norte que, neste país, há leis que têm que ser cumpridas. Destas ameaças e insultos fez eco a comunicação social, em particular o jornal Público (Caderno Local do Minho, 17/7/2003). Durante todo este processo, o senhor Lino Ferreira referiu-se publicamente, por diversas vezes, ao SPN, criticando os professores que recorriam ou participavam em iniciativas promovidas pelo sindicato;

b) Mais recentemente, a propósito da denúncia feita por vários professores da Escola EB 2/3 Leonardo Coimbra relativamente a agressões de alunos e indisciplina nas aulas, o SPN exigiu publicamente que a DREN tomasse medidas para garantir a segurança dos docentes. Mais uma vez, o Director Regional criticou o sindicato pelo facto de se ter manifestado, lamentando "que as entidades que se pronunciaram tenham apenas realçado factos negativos e por isso tenham prestado à escola e aos seus alunos um mau serviço". (Jornal O Comércio do Porto, 19/2/2005)

c) Finalmente, e ainda mais recentemente, o senhor Lino Ferreira resolveu interpretar a lei sindical que confere aos professores o direito a participarem em reuniões sindicais com prejuízo das actividades lectivas num máximo de 15 horas lectivas por ano e, através dessa excepcional interpretação, os professores podem agora reunir tantas quantas as vezes que quiserem fora das horas lectivas mais 15 horas também fora das horas lectivas!!! O seu e meu Sindicato protestou energicamente e fez sair um comunicado de imprensa de que o jornal "Público" se fez eco no dia 19 de Fevereiro de 2005. Para acrescentar uma nota séria sobre o que são 15 horas lectivas por ano basta dizer que elas correspondem a três dias - crédito que muitos professores

nem sequer utilizam (em parte ou na totalidade), não se compreendendo portanto que razões de força maior (do ponto de vista da legislação, do funcionamento dos serviços, do interesse dos alunos...) justifiquem que se ponha agora em causa o direito de participação sindical, que é um direito fundamental de cidadania, exercido de forma pacífica ao longo de trinta anos de democracia.

Na minha crónica não quis estar com muitas explicações, pois interessava-me mostrar que existem neste país muitos senhores linos ferreiras que julgam saber interpretar a vontade do dono quando ele está no poder ou quando dele se aproxima. E é assim que eu vejo este senhor Lino Ferreira. O seu percurso profissional é com certeza exemplar - o seu percurso político também o é, mas, a meu ver, pelas piores razões. A sua honestidade não está, como nunca esteve, em causa - mas o seu modo de actuar politicamente não abona muito a seu favor. E quanto ao facto de o senhor Lino Ferreira ter sido adjunto do "Senhor Governador do território de Macau" tenho a certeza de que o meu caro colega Correia Pinto não se quis referir a nenhum hipotético lobby de Macau que alguns dizem existir, mas de que eu desconheço a existência.

Duas últimas notas: espero que o Correia Pinto não entenda que chamar uma pessoa pelo seu nome, antecedido do respeitoso nome de "senhor" seja ofensivo. Pertença hoje a uma prestigiada instituição europeia, em representação da CGTP-IN, onde todos são tratados de senhor e muitos são professores catedráticos, médicos de renome, engenheiros, etc.; espero também que o Correia Pinto não tivesse lido na minha crónica o que eu nunca disse, penso ou alguma escrevi - que a função de dirigente sindical é mais meritória do que qualquer outra. O que eu não aceito é que alguém julgue que o é menos.

Quando ao mais receba um abraço deste que sempre o considerará, apesar das divergências que teve, tem ou poderá vir a ter consigo. ▮

Mário David Soares
(Membro do SN da FENPROF)



JANELA ABERTA

■ Mário David Soares (Membro do Secretariado Nacional da FENPROF)

Aprendizagens

Para quem, como eu, não tem formação económica e tem que dar resposta à contínua afirmação de que é necessário baixar os salários para aumentar a produtividade vale a pena reflectir sobre alguns factos do dia a dia e que são verdadeiras aprendizagens que desmentem aquela teoria.

Se fosse verdade que os países com salários mais baixos são os mais competitivos então esses deveriam também ser os mais ricos. Ora a vida demonstra-nos que os países que têm os salários mais baixos são também os mais pobres. E o contrário também é verdadeiro. Dir-me-ão que isto é demasiado simplista e eu concordo, apesar de ninguém poder contestar o que eu aqui afirmo.

Mas vamos a um exemplo concreto, o tal quotidiano que tanto nos ajuda a reflectir.

Quando alguém visita pela primeira vez Bruxelas é obrigatório levá-lo à Grande Place, lugar mítico da capital da Bélgica. Os edifícios

que a configuram pelo seu estilo flamejante conferem-lhe um brilho a que ninguém é indiferente. Na Grande Place reúnem-se todas as línguas quer faça chuva, neve ou sol. E esse emaranhado do falar também lhe confere uma beleza especial. Ora, num desses dias de sol levei um amigo a beber uma cerveja (claro, a melhor cerveja do mundo...) à Grande Place. O sol em Bruxelas significa logo cadeiras nas esplanadas e gente como lagartos a aquecer o sangue. O tempo escorre lentamente em conversas preguiçosas e a cerveja também.

A esplanada do «Roi d'Espagne» assim estava. Como se de repente o tempo parasse, fez-se um silêncio entre nós. Sem querer eu estava absorvido a ver o trabalho dos empregados que nos serviam. Era uma esplanada que poderia ter umas 30 pessoas

e os empregados eram 5. Impecavelmente vestidos com o seu grande avental e que não faziam esperar os clientes. Quem chegasse era servido em pouco mais de 5 minutos e ninguém questionava se iria ocupar a mesa por muito ou pouco tempo. Serviço rápido, eficiente, agradável.

Recomeçámos a conversa.

Quando chegou a altura de pagar, cada cerveja ficou-me por 3,20 euros. Quer dizer,

o preço da cerveja tinha a ver com o lugar, com o ordenado dos empregados que nos serviam e com o lucro do dono da esplanada. Sabendo que o ordenado mínimo na Bélgica é, sensivelmente, 1.100 euros naturalmente que a cerveja numa esplanada não poderia ter outro preço. E assim, cada cerveja deixava em Bruxelas o necessário para que todos ganhassem. E todos aqui não quer dizer apenas os que ali estavam: quer dizer a sociedade porque ganhando bem pode-se ir ao comércio que, para espanto de quem não conhece a cidade, fervilha de gente.

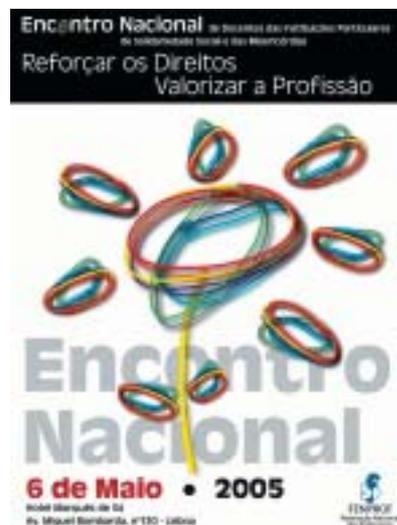
Os meus 3,20 euros de

cada cerveja serviram também para enriquecer a Bélgica. Aqueles trabalhadores daquela esplanada foram muito produtivos. Não trabalharam mais do que o desgraçado do empregado da esplanada de um café da Granja onde, ao Sábado, costume tomar a minha bica e que tem que servir sozinho todos os clientes que por lá passam; ganharam muito mais do que o Victor que cada vez tem menos gorjetas desde que o euro tornou tudo muito mais caro; mas foram muito mais produtivos.

Por isso, caríssimos colegas, não acreditem mais na ideia que nos estão a vender a todo o momento sobre a produtividade e os salários dos trabalhadores: a produtividade tem a ver com tudo menos com salários baixos. E para ver isto basta ter os olhos abertos. ■



Quando chegou a altura de pagar, cada cerveja ficou-me por 3,20 euros. Quer dizer, o preço da cerveja tinha a ver com o lugar, com o ordenado dos empregados que nos serviam e com o lucro do dono da esplanada



Encontro Nacional de Docentes das IPSS's

A FENPROF vai realizar em Lisboa no próximo dia 6 de Maio, um Encontro Nacional de Docentes das IPSS's com o seguinte lema: "Reforçar os direitos, valorizar a profissão".

Apesar da Lei Quadro da Educação Pré-Escolar e respectivo decreto regulamentar terem sido publicados em 1997 e posteriormente ter sido assinado o Acordo de Cooperação entre o Governo, a União das IPSS's e a União das Misericórdias no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, ainda estamos longe da sua total aplicação.

O Encontro tem como principais objectivos lutar pelo efectivo cumprimento e aplicação da Lei Quadro e sua regulamentação, o respeito pela autonomia profissional dos docentes das IPSS's, o direito à formação, as responsabilidades e direitos dos educadores como docentes e pela equiparação à carreira dos docentes do Ensino Particular e Cooperativo.

Dentro desta perspectiva, vamos realizar duas sessões distintas, uma de carácter mais formativa e pedagógica, onde abordaremos, a organização e funcionamento do Jardim de Infância, componente educativa e sócio-educativa e as competências do Director Pedagógico. Para a dinamização deste tema foi convidada a Dr.ª Luísa Homem, professora na Escola Superior de Educação de Lisboa.

A outra sessão destina-se principalmente à acção reivindicativa e organização sindical e será da responsabilidade dos dirigentes dos sindicatos da FENPROF:

As inscrições devem ser enviadas para o respectivo Sindicato. ■

I Festival de Cinema dos Países de Língua Portuguesa marcado para Agosto



A primeira edição do Festival de Cinema e Vídeo dos Países de Língua Portuguesa vai realizar-se em Agosto, em Cabo Verde, na sequência de um protocolo assinado recentemente em

Lisboa entre as várias entidades participantes.

O acordo, que prevê a realização anual de um festival internacional a realizar numa cidade de um dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, visa promover e divulgar a produção cinematográfica e audiovisual dos países de língua portuguesa.

O documento foi assinado no Palácio das Necessidades, entre o Instituto de Cinema, Audiovisual e Multimédia (ICAM), o Instituto Camões (ICA), o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

e a Rádio e Televisão de Portugal (RTP).

A primeira edição do evento conta com apoios financeiros na ordem dos 55 mil euros, dos quais o ICAM será responsável por 20 mil, o IPAD por 30 mil e o restante será atribuído pelo ICA a título de patrocínio do prémio Documentário.

O apoio da RTP consiste em promover a iniciativa nos diversos canais nacionais e internacionais da televisão e rádio públicas, produzir e difundir a gala/espectáculo de entrega de prémios e atribuir o prémio revelação ao jovem realizador vencedor do festival.

A estação pública será ainda responsável pela disponibilização de meios técnicos das delegações da RTP África para a realização de uma curta-metragem ou documentário de pequena duração, mediante a apresentação de um projecto que será depois analisado pela RTP.

Questionada sobre se o orçamento oficial do certame - 55.000 euros - é suficiente, a directora do festival, Teresa Nicolau, admitiu que a direcção está "neste momento em negociações com

instituições privadas, porque a ideia é de que metade do festival seja pago pelos privados".

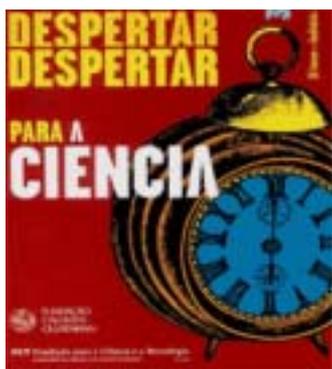
O documento surge na sequência do trabalho e do sucesso que o ciclo de "Imagens Lusófonas", realizado há cerca de três anos pela RDP África, Câmara Municipal de Lisboa e ICA, bem como no empenhamento que RTP, ICA e Videoteca Municipal de Lisboa têm mostrado em realizar um festival de importância internacional, adiantou à Lusa o vice-presidente do ICAM.

Segundo referiu, o protocolo - que resulta de um acordo existente entre o ICAM e congéneres dos países lusófonos assinado em 2003 - define que o festival internacional irá contemplar duas secções - uma de competição e outra de secções paralelas ou temáticas e será promovido pela Lx Filmes, Produção Audiovisual, que actuará sob a responsabilidade do ICAM.

A CPLP é composta por Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, S.Tomé e Príncipe e Timor-Leste. | Lusa

Ciência

3º Ciclo de Colóquios "Despertar para a Ciência" 2005



Esta iniciativa prossegue na Fundação Calouste Gulbenkian (Av. de Berna, Lisboa) no próximo dia 18 de Maio com o tema "Verde é a Química!". A sessão será dinamizada por Manuel Nunes da Ponte, da Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade Nova de Lisboa (Auditório 2, 18h00)

Teatro de Marionetas

Bienal Internacional de Marionetas de Évora

A Bienal Internacional de Marionetas de Évora (BIME), a realizar entre 31 de Maio e 05 de Junho, vai contar com a participação de 22 grupos, todos europeus.

O certame, que este ano atinge a nona edição, está a cargo do Centro Dramático de Évora (CENDREV), companhia profissional de teatro responsável pelos Bonecos de Santo Aleixo, marionetas tradicionais do Alentejo.

De acordo com a mesma fonte, a bienal deste ano conta com 21 grupos de marionetas oriundos de vários países europeus e dos anfitriões Bonecos de Santo Aleixo, manipulados por actores do CENMDREV. Os "pícaros" e "atrevidos" bonecos alentejanos, que contam no seu repertório com as peças "Auto do Nascimento do Menino Jesus" e "Passo do Barbeiro", vão actuar no próximo domingo em Sines, depois de esta semana já se terem apresentado em Vila Nova de Paiva. Títeres de varão, manipulados por cima - à semelhança das grandes marionetas do Sul de Itália e do



Os Bonecos de Santo Aleixo, marionetas tradicionais do Alentejo, vão estar em destaque

Norte da Europa, mas diminutos (de 20 a 40 centímetros) -, os Bonecos de Santo Aleixo têm origem numa aldeia alentejana que lhes deu o nome.

Os bonecos são manipulados por uma equipa, constituída pelos actores profissionais Ana Meira, Gil Salgueiro Nave, Isabel Bilou, José Russo e Vítor Zambujo, estando o acompanhamento musical a cargo de Gil Salgueiro Nave.

Os bonecos realizaram mais de 30 representações ao longo do ano passado em várias localidades portuguesas e digressões em Espanha, Itália e Brasil. | Público online, 31/03/2005

Arquitectura

Trabalhos de Siza Vieira em Serralves

Até 26 de Junho pode ser visitada no Museu de Serralves, no Porto (Rua D. João de Castro, 210) uma exposição com trabalhos do arquitecto Siza Vieira especialmente destinados a museus e outras estruturas para exposição. Ao todo, são 18 projectos (maquetas, fotografias, simulações em realidade virtual, vídeos, etc), oito dos quais já construídos (ou em fase de construção), como sucede, por exemplo, com o Centro Galego de Arte Contemporânea, na cidade de Santiago de Compostela ou com o próprio Museu de Serralves. O certame foi inaugurado a 8 de Abril. Pode agora ser visitado às terças e quintas-feiras e aos domingos e feriados das 10h00 às 19h00 e às sextas e sábados das 10h00 às 22h00.



Festival para toda a família em Viseu "Mariposas e outros projectos"



"Asas do Destino", pelo Teatro Ká, com encenação de Judite da Silva Gameiro, é o espectáculo teatral que no dia 7 (18h00, Rua Formosa) e 8 de Maio (16h00, Rossio) abre o festival "Mariposas e outros projectos", anunciado pelo Teatro

Viriato/Centro Regional das Artes do Espectáculo das Beiras, em Viseu.

"Mariposas e outros projectos", que decorre até 14 de Maio, pretende criar cumplicidades com a comunidade de Viseu, partilhando experiências e proporcionando a criação em conjunto.

"Estão previstos espectáculos, workshops, ateliers, sessões de leitura e animação de espaços que se dividem em cinco projectos diferentes, espalhando pela cidade possibilidades de criação/experimentação: experimentar mover o corpo, experimentar fazer parte do som, experimentar ser outra personagem, experimentar contar

histórias, experimentar (re)criar objectos", sublinha a organização do festival. Mais pormenores em: www.teatroviriato.com



2º Festival Internacional Dixieland Cantanhede 2005

Cantanhede prepara-se para receber a segunda edição do Dixieland Festival, a realizar entre 9 e 12 de Junho. Com: Titanic Jazz Band (EUA), Dockside Jazz Band (Bélgica), Milano Jazz Gang (Itália), Jugget's Jazz Band (Holanda), Baked Beans Jazz'ers (Dinamarca), entre outros. Para mais informações: 212336140, 917320403 e info@jsproducoes.net e ainda on-line, em www.cantanhededixiefest.com

Iniciativa no âmbito da "Faro, Capital Nacional da Cultura"

Júlio Pomar e João Cutileiro numa mostra em Almancil até 12 de Maio



Segundo o comissário da *Faro 2005*, António Rosa Mendes, esta exposição colectiva de artes plásticas conta com a participação de 36 artistas portugueses e estrangeiros. O Prémio Nobel da Literatura Gunter Grass, o escultor João Cutileiro ou os pintores Júlio Pomar, Alfredo Garcia Revuelta, René Bértholo, António Costa

Pinheiro, Manuel Baptista, José de Guimarães, David de Almeida, Saskia Bremer, Jean-Marie Boomputte, Carlos Gervásio, Rafael Canales e José Alves são apenas alguns dos artistas que participam na exposição. A mostra serve para prestar uma homenagem a Volker Huber (1934-2004), o fundador do Centro Cultural de São Lourenço, Almancil, Loulé, assim como recordar o empenho que Volker tinha pela arte. A exposição "Para Volker" pode ser vista pelo público todos os dias (excepto à segunda-feira), das 10:00 às 19:00. | *Lusa*, 5/04/2005

Teatro

Uma outra face de Brecht na Cornucópia



A companhia do Teatro da Cornucópia, na sua habitual linha de quali-

dade, rigor e criatividade, apresenta até 22 de Maio a peça "Um homem é um homem", de Bertolt Brecht, com encenação de Luis Miguel Sintra, cenário e figurinos de Cristina Reis, desenho de luzes de Daniel Worm d'Assumpção e colaboração musical de João Paulo Santos. A tradução do texto é da responsabilidade de António Conde e José Maria Vieira Mendes. Em palco: Dinarte Branco, Duarte Guimarães, Cláudia Jardim, Henrique Cardador, João Lizardo, José Wallenstein, Luis Lima Barreto, Maria João Luis, Nuno Lopes, Ricardo Aibéo e Tiago Matias. Pianista: Nuno Lopes. Espectáculos às 21h00 de terça a sábado e às 16h00 aos domingos, na Rua Tenente Raul Cascais, 1, A, 1250 Lisboa (telef. 213961515). Preços especiais para jovens, estudantes e maiores de 65 anos.

Uma excelente oportunidade para contactar uma outra face do teatro brechtiano em três horas de boa disposição. A não perder. | *JPO*

Concerto

Concerto pela Orquestra do Algarve na abertura oficial de Faro Capital Nacional da Cultura 2005



Bethoven

Hoffmeister

Mozart

No próximo dia 30 de Abril (sábado) decorrerá no grande auditório da Universidade do Algarve (Gambelas, Faro), a partir das 18h00, um concerto pela Orquestra do Algarve, dirigida pelo maestro Álvaro Cassuto, com o seguinte programa:

1ª Parte - W. A. Mozart (1756-1791) - "A Flauta Mágica" (Abertura)

Hoffmeister (1754-1812) - Concerto para Viola e Orquestra

I. Allegro

II. Adagio

III. Rondo allegro

2ª Parte - L. Beethoven (1770-1827) - Sinfonia N.º 5

I. Allegro con brio

II. Andante con moto

III. Scherzo Allegro

IV. Allegro

Maestro: Álvaro Cassuto

Solista (viola): Ana Bela Chaves

Livros

"Challenges in Teaching & Learning in Higher Education"

Isabel Alarcão, Victor M. Gil e Hans Hooghoff coordenaram

"Challenges in Teaching & Learning in Higher Education", um trabalho que vem ao encontro da reflexão que decorre nas instituições sobre os desafios e as mudanças no ensino e na aprendizagem no ensino superior. Colaboraram nesta edição da Fundação J.J. Magalhães/Universidade de Aveiro os seguintes investigadores: Craig McInnis, Dick de Groot, Hans Hooghoff, Ad van Hout, Jules Warps, David Boud, John Cowan, Anette Kolmos, Lise Kofoed, Gudmundur Kristmundsson, Russell Edgerton, James Butler, Mohammad R. Sarkar Arani, Jafar Alagamandan, Heidar Tourani, Graham Gibbs, Diana Eastcott, Stuart Brand, Nigel Wynne, Luke Millard, Hiroyuki Kuno e Peter Powell.

